

**O NOVO DIREITO E DESENVOLVIMENTO:
ENTREVISTA COM DAVID TRUBEK**

José Rodrigo Rodriguez (coordenação),
Ana Mara Machado, Luisa Ferreira,
Gisela Mation, Rafael Andrade, Bruno Pereira

ENTREVISTA **19**
v.4 n.5 : setembro 2007

 FUNDACÃO
GETÚLIO VARGAS



DIREITOGV
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

CADERNOS DIREITO GV

v.4 n.5 : setembro 2007

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL DA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO (DIREITO GV)

TIRAGEM: 300 EXEMPLARES

© CDG - CADERNOS DIREITO GV, SETEMBRO DE 2007 – SÃO PAULO

ED. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ISSN 1808-6780

BIMESTRAL

**O NOVO DIREITO E DESENVOLVIMENTO:
ENTREVISTA COM DAVID TRUBEK**

José Rodrigo Rodriguez (coordenação),
Ana Mara Machado, Luisa Ferreira,
Gisela Mation, Rafael Andrade, Bruno Pereira



ENTREVISTA **19**
v.4 n.5 : setembro 2007

ÍNDICE

O NOVO DIREITO E DESENVOLVIMENTO:	5
ENTREVISTA COM DAVID TRUBEK	

THE NEW LAW AND DEVELOPMENT:	39
AN INTERVIEW WITH DAVID TRUBEK	

O NOVO DIREITO E DESENVOLVIMENTO: ENTREVISTA COM DAVID TRUBEK

José Rodrigo Rodriguez (coordenação), Ana Mara Machado, Luisa Ferreira, Gisela Mation, Rafael Andrade, Bruno Pereira

I

O Professor David Trubek concordou em receber a *Revista Direito GV* para esta entrevista em um domingo, logo após chegar ao Brasil de uma viagem do Egito. Sua ligação com nosso país, que remonta aos anos 60, inclui relações com a academia, o mundo político e a iniciativa privada. Por isso mesmo sabíamos de antemão que sua agenda estaria repleta de compromissos, inclusive uma conferência na Escola de Direito da FGV de São Paulo. Por esta razão, o dia e as circunstâncias do encontro não provocaram nenhuma surpresa. O que surpreendeu a todos naquele fim de tarde do dia 27 de maio de 2007 foi o entusiasmo e o senso de humor que o entrevistado demonstrou nas mais de duas horas da conversa que se seguiram.

Ao deixarmos o hotel em que fizemos a entrevista, além das respostas substantivas oferecidas a todas as nossas perguntas, ficou a certeza de que um dos principais meios de expressão de nosso entrevistado é a ironia. Não uma ironia negativa, de extração socrática, cujo objetivo é expor a ignorância do interlocutor,¹ mas uma ironia positiva que pretende explicitar as ambigüidades do mundo em busca de novas alternativas para resolver os problemas sociais.

Como ficará claro ao longo da entrevista, especialmente na análise da posição do Banco Mundial, Trubek usa seu olhar de jurista e sociólogo para apresentar as questões que o preocupam rente à ação e aos dilemas enfrentados pelos agentes sociais. Seu esforço é fazer justiça às dificuldades do mundo prático sem reduzi-lo a regras universais ou a teorias abrangentes, supostamente capazes de determinar completamente a ação em concreto.

Seja no que se refere ao Direito e Desenvolvimento, seja quanto aos diversos problemas sociais que enfrentamos, Trubek não acredita em fórmulas prontas, capazes de resolver em abstrato e antecipadamente os problemas da vida cotidiana. Para ele, é preciso construir soluções contextualizadas a partir de um certo ponto de vista (sempre limitado e parcial) e refletir sobre elas na esperança de alcançar respostas cada vez mais eficientes, legítimas e justas.

Nesse realismo desencantado que não abre mão da sofisticação teórica e mantém o olhar focado na singularidade do mundo em concreto, acreditamos identificar a influência de Max Weber, autor sobre o qual Trubek escreveu um artigo clássico, central para o estudo de sua *Sociologia do direito*.²

Como o leitor poderá perceber ao ler esta entrevista, Trubek mostra que os dilemas do Direito e do Desenvolvimento não podem ser resolvidos com passes de mágica. Trata-se de um trabalho árduo que exige reflexões constantes, alimentadas por dados sobre as práticas reais e capazes de avaliar as soluções adotadas na busca por novas possibilidades. Tudo isso, sem a garantia de verdades absolutas sobre a relação entre Direito e o Desenvolvimento, eficiência e distribuição, igualdade e liberdade.

Ao escolher a ironia como forma de expressão, Trubek nos remete a um universo desencantado, órfão de respostas inequívocas e condenado a construir o próprio futuro sem qualquer garantia *a priori*. O sujeito (pós) moderno, premido pelas necessidades práticas, precisa tomar decisões imerso em num mundo marcado pela diversidade de tradições, etnias, posições políticas, concepções econômicas, etc. Num contexto como esse, toda solução é parcial, toda teoria é falível e necessita de revisão constante; nenhuma verdade pode se pretender universal e definitiva.

Adotar a ironia é uma decisão arriscada, afinal, “No discurso irônico, toda posição solapa a si mesma, deixando assim o escritor politicamente engajado numa posição em que o discurso irônico poderia começar a desconstruir sua própria política”.³ Levar a ironia até o fim pode significar abrir mão da defesa de qualquer posição, solapar qualquer crença e entregar-se à indiferença quanto aos rumos da humanidade.

No entanto, essa forma do discurso, a “linguagem ambígua dos tempos modernos”,⁴ aparece na voz de Trubek para negar o dogmático, o unilateral, sempre acompanhada da crença na emancipação da humanidade. Para que seja possível abrir espaço para pensamentos novos, novas possibilidades, novas soluções, é preciso explicitar a ambigüidade de argumentos e teorias que inspiram autoridade e respeito⁵. Nesse sentido específico, a ironia se confunde com o pensamento, sempre em busca do novo, do inaudito.

Mais de 30 anos após escrever seu último texto sobre o assunto, o famoso *Scholars in self estrangement* de 1974⁶ (em co-autoria com Marc Galanter), David Trubek resolveu retomar o exame dos problemas do Direito e Desenvolvimento e ajudar a reabrir esse campo de estudos.

Para compreender melhor a entrevista que se segue é importante traçar, ainda que brevemente, sua trajetória intelectual até o livro *The new law and economic development* lançado no final do ano passado. De fato, esta entrevista foi motivada, principalmente, pelo lançamento do livro e por nosso interesse na discussão da relação entre Direito e Desenvolvimento. Após esta exposição, que nos ocupará pelas próximas páginas, seguirá a transcrição da entrevista na íntegra.

II

É difícil descrever a trajetória intelectual do Professor Trubek em poucas linhas. Em mais de 40 anos de vida acadêmica nosso entrevistado dedicou-se a vários assuntos, como se pode perceber por suas últimas publicações, que tratam de Teoria do Direito, Direitos Sociais e de Direito e Desenvolvimento.⁷ Para fugir da superficialidade, após uma rápida exposição de sua formação, privilegiaremos sua atuação no campo do Direito e Desenvolvimento, que inclui uma passagem pelo Brasil. Essas informações serão úteis para que o leitor compreenda algumas passagens da entrevista, que se seguirá a esta breve apresentação.

David Trubek ocupa atualmente do cargo de professor emérito da Universidade de Wisconsin-Madison e é “Senior Fellow” do Centro de Negócios Mundiais e Economia Global⁸ da mesma universidade. Foi professor visitante do Instituto Internacional de Sociologia Jurídica⁹ – Espanha, pesquisador visitante na London School of Economics – Inglaterra, na Maison des Sciences de l’Homme – França, no Instituto Universitário Europeu¹⁰ – Itália e na Comissão da União Européia. Além disso, conduziu projetos de agências internacionais em países como Rússia, Guiné Bissau, Cabo Verde e Brasil.

Seu trabalho acadêmico tem relevância internacional, como atestam dois prêmios que recebeu: o Harry Kalven Prize, da Law and Society Association, em 2002, e o Chevalier dans l’Ordre des Palmes Academiques, do Ministério da Educação da França, em 2001. Boa parte de sua produção acadêmica confunde-se com a ascensão, morte e atual revitalização do campo de estudos Direito e Desenvolvimento.

Desde sua graduação, pela Universidade de Wisconsin em 1957, e a formação em Direito pela Yale Law School em 1961, Trubek desenvolveu e dirigiu diversos projetos acadêmicos envolvendo o direito e os estudos internacionais. Seu interesse pela área do Direito e Desenvolvimento começou cedo. Após trabalhar por um ano como

auxiliar de Juiz (*law clerk*) num tribunal de apelação,¹¹ em 1962 Trubek atuou como advogado consultor (*attorney advisor*) do departamento de Estado norte-americano na Agência para o Desenvolvimento Internacional.¹² Em 1964, nosso entrevistado vem para o País trabalhar como consultor legal do departamento de moradia e desenvolvimento urbano da USAID (United States Agency for International Development), no Rio de Janeiro. Posteriormente, Trubek foi nomeado chefe do departamento.

No Brasil, Trubek encontra outros juristas, professores e advogados interessados em repensar o ensino do Direito. Nesse mesmo período, um esforço do governo John F. Kennedy (“Aliança para o Progresso”) viabilizaria a cooperação entre os dois países em algumas áreas, entre as quais o Direito. Nesse contexto, trabalhando como um dos advogados da “Aliança para o Progresso”, Trubek inicia as discussões sobre um projeto, cujo objetivo seria revolucionar o ensino das universidades brasileiras, com o suporte financeiro do governo americano e da Fundação Ford. Estas discussões culminaram em 1966 na criação do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito (CEPED), formalmente vinculado à Universidade da Guanabara, porém instalado e efetivamente apoiado pela Fundação Getúlio Vargas, que deveria funcionar como espaço para a experimentação de métodos de ensino inovadores a serem disseminados pelo resto do País.

A influência do CEPED sobre a comunidade jurídica brasileira é um assunto polêmico,¹³ no entanto é lícito afirmar que sua produção não teve o impacto esperado, o que limitou o alcance da experiência. Com o fim do financiamento americano, o projeto continuou fazendo parte da Universidade Estadual da Guanabara (UEG, atualmente Universidade Estadual do Rio de Janeiro), porém o nível de atividades do CEPED caiu.. De qualquer forma, nesta época, o centro formou uma geração de profissionais que ocupam até hoje posições de destaque no cenário nacional. Além do CEPED, a passagem de Trubek pelo Brasil foi marcada por um período de docência na faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, momento em que publicou o livro *Mercado de capitais e os incentivos fiscais*, em co-autoria com Jorge Hilário Gouvêa Vieira e Paulo Fernandes Sá.

Dos diversos artigos escritos por Trubek sobre Direito e Desenvolvimento, além do livro co-organizado por ele, lançado no final de 2006, *The new law and economic development* e do verbete “Law and

Development”, publicado na prestigiosa *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, destacam-se: “Max Weber on law and the rise of capitalism” (cuja tradução foi publicada na *Revista Direito GV* número 5), “Towards a social theory of law” e “Scholars in self-estrangement”, artigo polêmico, que faz críticas severas ao movimento, publicado pela *Revista Direito GV* número 6. Convidamos o leitor a lê-lo antes da entrevista, pois ele serviu de mote para o começo da conversa, além de ter sido amplamente discutido por Trubek em suas respostas.

Como já dito, de “Scholars in Self-estrangement” até o livro de 2006, passaram-se mais de 30 anos sem que Trubek tocasse no assunto Direito e Desenvolvimento. Compreender as razões para a retomada do tema foi uma das principais motivações para a realização desta entrevista, no contexto de uma visita de Trubek ao Brasil no ano de 2007. Acompanhado por um grupo de 14 professores estrangeiros, nosso entrevistado participou de eventos na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo e no Rio de Janeiro, além da Faculdade de Direito da USP, não para falar do passado, mas para dar notícias de um campo de estudos em plena renovação.

★ ★ ★

Após muitos anos, o senhor voltou ao campo do “Direito e Desenvolvimento”. Em seu último artigo sobre o assunto: Acadêmicos auto-alienados... (1974),¹⁴ escrito em conjunto com Marc Galanter, o senhor fez severas críticas a este campo de estudos. O artigo parecia afirmar que ele deveria ser encerrado. Por que o senhor voltou ao tema e por que o fez neste momento?

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a intenção do artigo de 1974 não era, absolutamente, encerrar este campo de estudos. Sua intenção era convencer todos os pesquisadores ligados a ele a transformá-lo mais em um projeto acadêmico do que em um projeto de assistência ao desenvolvimento para torná-lo viável nas universidades norte-americanas. O projeto acadêmico (e uso a palavra “projeto” com muito cuidado, pois esse ainda não era um campo de estudos) e não o *campo* do Direito e Desenvolvimento, nos EUA e na Europa das décadas de 60 e 70, estava estreitamente ligado aos projetos de assistência ao desenvolvimento, em sua maioria, patrocinados por

fundações (fundações norte-americanas) e, em um grau muito menor, por agências de financiamento internacionais. Naquela época, as instituições internacionais nada faziam no campo do Direito.

Portanto, o propósito do artigo era dizer às pessoas: vejam este campo como um projeto acadêmico. Ele é hoje muito parecido com o auxílio internacional (o que chamamos de auxílio internacional) e vamos pagar um preço por isso. Deveríamos estar desenvolvendo teorias acadêmicas, estudos e pesquisas que nos dariam uma base de sustentação firme nas universidades. É importante entender que não era nossa intenção encerrar este campo de estudos.

Em segundo lugar, embora o campo tenha sido encerrado pouco tempo depois de nosso texto (*risos*), não fomos nós, necessariamente, a causa disso. Fomos, talvez, o vetor desse fato, mas, na verdade, outros agentes o provocaram. Qual a causa do fim do campo? A questão é: por que o campo foi encerrado como atividade corrente nas universidades norte-americanas e européias.

A discussão sobre Direito e Desenvolvimento no Brasil é contínua porque sempre haverá preocupação com esse problema no País. O que quer que se esteja fazendo – ou não – nas universidades de Cambridge, Massachusetts ou Oxford, terá influência sobre os juristas e sobre a sociedade brasileira, pois aqui as pessoas se perguntam se devem ou não fazer mudanças no Direito ou reformas nas instituições para promover o desenvolvimento.

Mas quando falamos sobre o campo estamos realmente falando do estudo do Direito e Desenvolvimento nas universidades dos países desenvolvidos. Esta é a minha preocupação no livro: o estudo de Direito e Desenvolvimento em universidades americanas e européias. Este estudo desenvolveu-se nos Estados Unidos na década de 70 e teve um fim tempos depois. Por quê? Bem, acho que tivemos um pequeno papel neste acontecimento porque deslegitimamos muito do que havia sido feito até então, mas estávamos prontos a oferecer alternativas quando o contexto mudou tremendamente. Como isso se deu?

Primeiro: os financiamentos foram encerrados e não percebíamos o quanto o campo dependia deles. O governo começou a financiar estudos sobre Direito e Desenvolvimento no final da década de 60, mas tudo isso acabou por razões bastante complexas. Parte disso foi a desilusão com os projetos iniciais, pois alguns deles facilitaram a ascensão de governos autoritários, não-democráticos; e aquela era uma

época de grande preocupação com os direitos humanos. Nos Estados Unidos houve reação nas universidades contra as políticas externas de financiamento norte-americanas em razão da guerra no Vietnã e uma reação dos estudantes contra a participação dos EUA em atividades no exterior. O sentimento era de que os Estados Unidos haviam cometido um terrível erro no Vietnã.

Assim, o campo terminou por várias razões, e penso que... Bem, ele teria terminado mesmo sem o nosso artigo. Seja como for, nós ajudamos a exterminá-lo! Há uma categoria de direito penal nos Estados Unidos segundo a qual se alguém rouba um banco e uma outra pessoa, digamos, fornece aos ladrões as plantas do prédio ou a agenda de troca da guarda, esta pessoa pode ser condenada por “auxiliar e fornecer meios”. Marc Gallanter¹⁵ e eu talvez tenhamos feito exatamente isto, mas não fomos os verdadeiros assassinos do campo de estudos, está bem (*risos*)?

Esta é a primeira pergunta: por que o campo terminou e o que estávamos pretendendo? Tentávamos mantê-lo vivo, mas provocamos, não intencionalmente, sua morte. Agora vem a segunda pergunta: por que você retornou a esse campo de pesquisa recentemente? Pessoalmente, voltei a me envolver com este campo porque ele começou a ressurgir em universidades norte-americanas, e em outras partes do planeta, como um campo acadêmico em universidades de países desenvolvidos. Ele começou a ressurgir e lá estava eu à disposição, seu famoso assassino, mas também seu criador.

Supostamente, eu era um de seus criadores; também alguém acusado de matá-lo. Quando o campo começou a ressurgir, não havia ninguém com experiência sobre o assunto, pois houve esse longo período em que nada aconteceu; ninguém se aprofundou no assunto e quase ninguém do Norte escreveu sobre países em desenvolvimento. Então, repentinamente, os estudantes começaram a se interessar e os professores mais jovens queriam trabalhar na área e lá estava o velho David Trubek. Alguns diziam: “Nós nos lembramos dele, vamos ver o que tem a dizer!”. Esta foi uma das razões por que voltei: porque as pessoas se lembravam de mim.

Em segundo lugar, uma das razões pelas quais o campo está ressurgindo agora é a grande quantidade de dinheiro investida na reforma do Direito por agências de auxílio internacional; agências nacionais e bilaterais, como a USAID¹⁶ e agências canadenses, britânicas, alemãs e holandesas. Estes organismos criaram oportunidades para que interessados de países desenvolvidos trabalhassem novamente

em países em desenvolvimento. Houve projetos, dinheiro e empregos. Fui convidado a liderar uma equipe de peritos no assunto para estudar a Rússia no começo da década de 90. Não que eu entendesse algo da Rússia, mas eu sabia uma coisa ou outra sobre auxílio internacional em Direito e contratamos muitos peritos russos. Assim, voltei à ativa.

As universidades começaram a organizar conferências e se uma conferência fosse organizada eu teria de estar presente porque, no fim das contas, não havia muitos nomes à disposição e eu fiz um trabalho na Rússia em nome do governo norte-americano. Isso me trouxe de volta e, conforme o campo foi se desenvolvendo, fui sendo puxado cada vez mais para o centro de tudo. Há um fato muito interessante de que vocês não sabem. Decidimos que era necessário realizar uma conferência sobre o assunto em Harvard. O livro do qual estamos falando foi, na verdade, resultado dela. Vários textos foram encomendados e outros foram submetidos ao encontro. Os textos encomendados, que deram a pauta do encontro, transformaram-se nos artigos do livro. O público foi muito bom. Havia aproximadamente cento e cinquenta pessoas na audiência, um sinal do crescente interesse no assunto.

***The New Law and Economic Development* afirma em sua introdução que o Direito e Desenvolvimento é uma área interdisciplinar que combina elementos de Economia, Direito e o estudo das Instituições. Esta formulação não é vaga demais para dar conta do papel específico do Direito e de seus acadêmicos neste esforço de pesquisa? O senhor não acha importante pensar qual o papel específico do Direito nesta área de estudos, especialmente se a intenção foi atrair acadêmicos de tradições formalistas, que não são capazes de realizar trabalhos interdisciplinares?**

Em primeiro lugar, é preciso deixar bastante claro que o livro fala da intersecção entre Direito, Economia e **as políticas desenvolvidas por agências de auxílio internacional**. Discute o que chamamos, no livro, de “doutrina do Direito e Desenvolvimento.” Não é Direito e não é Economia: é um tipo de empirismo; o empirismo das agências de auxílio internacional. Em outras palavras, o livro trata daquilo que os envolvidos na indústria do auxílio internacional no Hemisfério Norte pensam que podem fazer para produzir desenvolvimento, seja lá qual for sua definição para o termo.

Quanto à idéia das três esferas às quais você se refere, sua intersecção deve ser compreendida como um esforço para explicar de onde essas idéias vêm em diferentes momentos. No livro, nos concentramos em dois períodos, ou dois conjuntos de idéias. O primeiro é o começo da década de 60 e a primeira idéia foi parte de uma prática organizada de assistência ao desenvolvimento, a que chamamos de “Direito do Estado em Desenvolvimento.” Esta foi a primeira vez, no incipiente movimento do Direito e Desenvolvimento, em que houve consciência de que pensávamos em tal noção; não no papel do Direito na Economia, mas na relação entre Direito e Desenvolvimento. Se estudarmos teoria, vamos descobrir pensadores no século XIX falando sobre isso. Mas não é este o assunto do livro.

O papel do direito no auxílio internacional a países pobres levado a cabo por países ricos: é disso que estamos falando. O livro discute por que estas idéias mudaram, de onde vêm e se fazem sentido ou não. O livro não é uma crítica à teoria do direito, tampouco uma crítica à economia, é apenas uma crítica às idéias inerentes às práticas das instituições, particularmente do Banco Mundial, USAID, programas de auxílio internacional da Alemanha, Grã-Bretanha, Canadá, França e, até certo ponto, Japão – embora o programa de auxílio internacional japonês seja bastante novo. Os autores do livro não entendiam muito do assunto. Aprendemos muito desde então, mas isto não se reflete no livro. Esta não é uma resposta à sua pergunta, mas é importante deixarmos esse ponto bem claro.

Agora, a pergunta: Não estamos estudando o campo intelectual do Direito e Desenvolvimento, embora isto seja, obviamente, parte do que estamos fazendo. Concentramos-nos no modo como as agências se apropriaram de idéias acadêmicas. É por isso que achamos tão importante incluir as agências. Há muitas idéias sobre muitas coisas correndo soltas nas universidades. Esta é uma característica maravilhosa da academia, mas nem todas as idéias sobre a relação entre Direito e Desenvolvimento econômico tornam-se parte das políticas seguidas pelo Banco Mundial ou pelos governos norte-americano e outros. Um dos filtros aos quais as idéias são submetidas é a compreensão das agências de suas prioridades. Nesta questão, as agências dão mais importância ao que pensam os economistas do que ao que pensam os juristas.

Uma das razões pelas quais, a começar do fim da década de 80 e durante toda a década de 90 até hoje, as agências de desenvolvimento

investem tanto em Direito é que os economistas decidiram, na década de 80, que o Direito era importante. Isso não teve nada a ver com os juristas: eles sabem que o Direito é importante, mas ninguém os escutava. Somente quando os economistas, particularmente os economistas do Banco Mundial, decidiram que o Direito era importante é que tivemos essa mudança quanto à práticas e investimentos. É isso o que estamos estudando.

Ainda não respondi a pergunta, na verdade, não cheguei nem perto de responder o que você me perguntou. Mas, seja como for, o livro é sobre as práticas das agências e sobre as idéias daqueles que estão financiando, fornecendo garantias financeiras e tentando mudar as políticas nacionais. O livro procura examinar de onde vêm estas idéias. Esse é o assunto do livro, parte de um campo acadêmico no qual os autores não são contratados pelo Banco Mundial. Por isso mesmo, ele é muito crítico em relação à abordagem do Banco, ou pelo menos à parte dela.

Temos que nos perguntar o seguinte: e quanto ao campo acadêmico? O assunto do campo é: como o Direito afeta a Economia, ou como se aumenta o alcance do Direito para que ele tenha efeito sobre as relações sociais e outras questões com as quais a Economia não lida. É difícil imaginar que se possa efetivamente atuar como jurista neste campo se não se está, no mínimo, consciente das questões; ou se não se é capaz de debater determinados problemas com representantes dessas outras disciplinas. Assim, certamente existe lugar para os juristas no campo, não é preciso ter experiência em economia, sociologia ou antropologia para fazer pesquisas na área. Mas é preciso ser capaz de dialogar com estas pessoas e entender argumentos para aperfeiçoar suas teorias.

Portanto, a resposta à sua pergunta é que pessoas realizando pesquisas, escrevendo e teorizando sobre estas questões na academia precisam ir além do formalismo. O formalismo passa a ser um dos tópicos a serem estudados e não a ferramenta por excelência para realizar os estudos. O formalismo é uma boa idéia? É uma má idéia? Ele realmente faz algum sentido; o direito realmente funciona como ele o descreve ou esta teoria esconde a realidade? O que faz uma decisão ser tomada? O raciocínio formalista é bom ou mau para o desenvolvimento?

O formalismo é um tema do livro e um tema no campo acadêmico do Direito e Desenvolvimento. Há muita discussão sobre isso. Para que se entenda a discussão é preciso estudar história. O Direito e Desenvolvimento como campo acadêmico do Hemisfério Norte

começou antiformalista. Dizia-se que o formalismo era um obstáculo ao desenvolvimento. Lembre-se que, quando uso os termos Direito e Desenvolvimento, falo atualmente de um campo acadêmico do Hemisfério Norte; ou sobre as práticas das agências e a inter-relação entre eles.

Por que o formalismo é um obstáculo ao desenvolvimento? O propósito do Direito e Desenvolvimento deveria ser a criação de regras jurídicas que facilitassem a efetivação das políticas econômicas. Presumíamos que elas fossem benéficas em si mesmas, portanto raciocínios formalistas seriam um entrave por não levarem em conta os fins; não se preocuparem com seus efeitos. Ora, para criar leis e aplicá-las para realizar objetivos econômicos é preciso pensar instrumentalmente, por isso, culturas jurídicas altamente formalistas seriam uma barreira ao desenvolvimento.

Esse era o pensamento sobre o formalismo no momento em que nos concentrávamos em fortalecer o Estado como ferramenta para transformar a sociedade e promover o desenvolvimento. Este era, então, o objetivo do campo: desenvolvimento levado a cabo pelo Estado. Avancemos agora para o começo da década de 90, quando surge a visão neoliberal de Direito e Desenvolvimento. Para esta visão, “o Estado não é uma ferramenta que leva ao desenvolvimento, mas um obstáculo a ser removido. Precisamos limitar seu papel para que ele não atrapalhe o funcionamento da economia”. Assim, neste momento, as idéias sobre Direito e Desenvolvimento – a que chamamos de segundo momento, no livro – visavam a restringir o papel do Estado. Nesse contexto, alguns começaram a imaginar que o raciocínio formalista dos juízes poderia servir para restringir a ação estatal.

Subitamente o formalismo, que se pensava ser algo ruim no primeiro movimento do Direito e Desenvolvimento, passava a ser bom. Alguns economistas, que não entendem nada de teoria do direito, imaginaram que talvez o formalismo não fosse o problema, mas a solução. Assim, o formalismo se torna, de certo modo, parte da visão da assistência ao desenvolvimento da época. Evidentemente, sempre há muitos professores de direito que acreditam que o formalismo é a resposta para tudo.

Voltando à sua pergunta, gostaria de deixar claro que o formalismo é algo a ser estudado no campo do Direito e Desenvolvimento. É uma variável a ser explorada. Quando se estuda o formalismo como uma variável para que se possa discutir se mais ou menos formalismo é bom

ou ruim para a economia brasileira ou para a economia chinesa, percebe-se que já estamos em um campo interdisciplinar. Olhamos o formalismo de fora Um sociólogo da religião não precisa acreditar em Iemanjá¹⁷ para estudar religiões afro-brasileiras. Ele sabe que Iemanjá é importante, mas não precisa acreditar nela para realizar seus estudos.

Seu livro aponta um grande descompasso entre as políticas e os estudos acadêmicos sobre Direito e Desenvolvimento. De maneira bastante amarga, o senhor diz que, no começo da década de 90, conversou com dirigentes do USAID e sentiu que eles não haviam aprendido nada com as experiências passadas. O que explica esse descompasso? As entidades acadêmicas estão fazendo algo de errado? Seu papel é fornecer teorias para agências, como o Banco Mundial?

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a academia tem exercido muita influência no pensamento atual sobre Direito e Desenvolvimento, mas não são as faculdades de Direito as responsáveis por isso. Parte do trabalho mais significativo sobre o assunto, significativo no sentido de ter influência sobre o Banco Mundial e outras agências, foi feita por economistas que não entendem nada de Direito. Eles são autores de estudos que provam exatamente o que se queria que eles provassem. O Banco Mundial queria ouvir exatamente o que os estudos diziam e por isso os aceitou.

Álvaro Santos escreveu um capítulo do livro sobre o “Projeto *Doing Business*”,¹⁸ um estudo em que teorias econômicas, sem qualquer participação; sem qualquer envolvimento de juristas, tiveram influência direta no banco. “O Banco” significa o Banco Mundial, está bem? Nesse campo de estudos, quando nos referimos ao Banco Mundial, não dizemos “O Banco Mundial,” e sim “O Banco”. Se alguém diz “O Banco Mundial” não se tem certeza de que esse alguém faz parte d’ “O Clube”. “O Clube”, certo? (*risos*)

“O Banco” segue as idéias propostas por economistas que se baseiam no estudo de dados quantitativos. São estudos quantitativos que envolvem diversos países e nações, mas que têm um fundamento empírico muito fraco. Chegam a conclusões que parecem justificar uma concepção ultraneoliberal de desenvolvimento econômico.

A academia teve grande influência sobre o Banco, mas não as faculdades de Direito. Dessas faculdades, até agora, saíram apenas críticas. E há dois tipos de crítica, uma delas a que você mencionou, que é a

crítica baseada em conhecimentos empíricos. Há muitos estudos no campo feitos por pesquisadores treinados nas ciências sociais, mas que também são juristas e entendem dos vários sistemas jurídicos. Estes estudos tratam do funcionamento de algumas das reformas levadas a cabo pelos programas de Direito e Desenvolvimento. Na verdade, quando se examinam os detalhes, vê-se que elas não funcionaram. De qualquer maneira, este é um tipo de crítica; mas há também críticas baseadas em teorias. Adivinhe em qual categoria nosso livro se encaixa?

As universidades, até agora, fundamentalmente, fizeram críticas e forneceram pessoal para trabalhar nos projetos. Uma nova geração do Hemisfério Norte adquiriu experiência nos sistemas de Direito do Hemisfério Sul. Assim, seja lá o que se pense sobre as práticas e as ondas de investimento que vimos nos últimos quinze anos, elas ao menos tiveram o efeito de fazer com que uma nova geração de estudiosos de Direito e Ciências Sociais pensassem na interação entre Direito e Desenvolvimento econômico. Quanto ao trabalho acadêmico, houveram relativamente poucos trabalhos que propusessem alternativas claras para substituir as estratégias que vêm sendo criticadas, tanto a partir de um ponto de vista teórico, quanto baseadas na afirmação de que as estratégias não funcionam.

O livro critica políticas uniformes, pensadas para todos os países do globo, desenvolvidas por algumas agências e ressalta a importância da participação local de acadêmicos e agentes governamentais para evitar etnocentrismo. O problema é: de um ponto de vista operacional, isso é possível? As agências têm os recursos humanos e uma compreensão apropriada das peculiaridades dos diversos países com que trabalham para operar desta maneira? Considerando-se que as agências desenvolvem projetos em vários países, elas podem prescindir de fórmulas gerais para suas políticas?

Boa pergunta. Essa é uma das razões pelas quais é tão difícil criticar, também uma das razões pelas quais as agências têm resistido tanto às críticas. Para seus objetivos internos, as agências, precisam de idéias simples e fórmulas universais. Se você está no Banco Mundial... Nesse momento, posso usar a palavra “Mundial!” (*risos*).

Se você é apenas um banco, o que você sabe do mundo? Alguém quer um empréstimo para, por exemplo, plantar amendoins ou para

exportar aviões: você precisa apenas pensar “será que isso vai dar dinheiro?” ou “será que vai dar certo?”. Não é preciso fingir que se sabe mais do que aquele que está pedindo o empréstimo. Só é preciso saber se eles sabem o que estão fazendo.

Mas, se você está no Banco Mundial, sua função é corrigir políticas equivocadas. Não se esqueça de que o Banco é mais importante, ou pelo menos tão importante quanto, como fonte de idéias do que como fonte de recursos financeiros. Se olharmos o montante emprestado pelo Banco, particularmente aos países em desenvolvimento mais avançados, como Brasil, Índia, China, Rússia (os países do BRIC),¹⁹ trata-se de uma pequena parcela do capital estrangeiro que entra nestes países. Como esta quantia não pára de diminuir, há quem diga: “Esqueça, isso é ridículo”. Há uma grande discussão sobre a necessidade da permanência do Banco em países como o Brasil; talvez o Banco devesse lidar somente com países realmente pobres e, nesse caso, concederia bolsas já que estes países jamais poderiam pagar pelos empréstimos feitos.

Mas é preciso ver o Banco Mundial e outras agências tanto como fontes de idéias e políticas quanto como instituições financeiras. O Banco tem um grande número de funcionários e pesquisadores. Há dúzias de pessoas que não fazem nada além de estudar as relações entre Direito e Desenvolvimento. Se me perguntarem onde estão sendo feitas pesquisas sobre Direito e Desenvolvimento, muitas delas estão sendo realizadas no Banco, onde há diferentes visões sobre o assunto: é isso que Álvaro Santos tenta mostrar em seu artigo.

O Banco é tanto um projeto acadêmico quanto uma fonte de dinheiro. É claro, ele liga seu dinheiro às suas idéias e é assim que ele se torna influente. Pense nas dificuldades que enfrenta de uma agência como essa: há 190 países na ONU²⁰ (ou coisa parecida), e há 30 países na OECD.²¹ Portanto, se não levarmos em conta os países da OECD, restam 130 ou 140 países com os quais a agência poderia lidar. É razoável imaginar que o banco tenha 140 planos diferentes? Pensem no custo burocrático envolvido. É claro, neste caso, não seria possível fazer viagens de avião para todos os países envolvidos e ficar em bons hotéis, como seus funcionários fazem atualmente, e dizer, “Vejam, é isso o que temos de fazer”. Afinal, eles não sabem nada sobre o país!

Imaginemos um funcionário do banco que acabou de voltar da Índia e está na Rússia indo para a África do Sul, e de lá para a Argentina. Em todos esses lugares, ele tem que dizer a todos o que eles devem fazer.

Ele é pago para isso, certo? Ele tem que saber mais que eles, assim, os representantes dos vários países devem fazer o que ele mandar. É muito difícil para uma burocracia como esta aceitar a teoria de que “talvez você não saiba exatamente do que você está falando” (*risos*). Quando é um acadêmico quem diz isso, esses funcionários não costumam receber o comentário com muita alegria. Ainda, se o acadêmico diz: “Não, não há regras gerais. Não, não se pode saber o que vai acontecer. Não se pode entender a situação a não ser que você passe alguns anos no país”, eles dizem: “Não podemos fazer isso, esqueça”. Se admitissem que o acadêmico está certo, não poderiam ficar em hotéis cinco estrelas e voltar tranquilos para seus lares, suas esposas ou maridos, suas famílias em Washington.

Muita tensão cerca várias idéias que saem da academia. As faculdades de Economia tem maior familiaridade com as políticas do Banco. No mundo acadêmico, juristas e economistas não falam uns com os outros em virtude da grande diferença ideológica entre eles: o forte neoliberalismo inerente à profissão de economista e o tipo de posição, digamos assim, “vagamente socialdemocrata de que se deve ser bonzinho com os pobres”, muito comum entre os juristas (*risos*). Há um dilema real para que as idéias dos juristas sejam aceitas. Mesmo que consideremos corretas idéias que exigem que se pense no contexto de cada país e que afastem fórmulas mirabolantes e uniformes, é muito difícil que elas sejam escolhidas e postas em prática.

Como o senhor vê a relação entre o Banco, as elites internacionais e as elites locais? A participação local na implementação de políticas de desenvolvimento pode sobrepujar a aliança entre elites locais e internacionais, uma aliança que é, em parte, responsável pelos modelos políticos e econômicos que perpetuam uma distribuição de poder e renda desigual na periferia?

Essa é uma pergunta difícil. Enfatizo muito a participação local e o que se chama de “stakeholder participation”.²² Uma das razões para isso é minha falta de confiança no conhecimento das instituições dos países em desenvolvimento pelo Hemisfério Norte. Em outras palavras, o que fizemos até agora foi criticar. Acho que os envolvidos nas atividades relacionadas ao Direito e Desenvolvimento entendem as críticas, pois vão até esses países e colocam as mãos na massa. Embora possam passar

muito tempo em hotéis cinco estrelas e nos equivalentes locais dos “Jockey Clubs”, ou almoçar com os juízes da Suprema Corte, Ministros da Justiça e tudo mais, mesmo assim, sem falar com o povo das favelas, eles entendem que há uma tensão entre suas fórmulas universais e as peculiaridades de qualquer país.

Eles sabem disso. Apenas não sabem o que fazer com essa crítica que ameaça sua identidade, sua experiência e seu papel. Há consciência deste problema; é por isso que podemos ver atualmente, no Banco e em outras agências, o surgimento de discussões sobre “stakeholder participation”. Hoje, já se reconhece que não faz muito sentido voar pelo mundo, pensar que se sabe tudo e dizer às pessoas o que elas têm de fazer. Há o reconhecimento da importância do conhecimento sobre os contextos locais. Se buscarmos discernir as forças que estão na base do movimento que favorece a via do “stakeholder” – e esta não é, certamente, uma idéia apenas do campo do direito, na verdade ela é muito mais desenvolvida em outras áreas – há três dimensões a se considerar. Uma delas relaciona-se com a legitimidade democrática, outra com o conhecimento e a última com o problema da circulação das elites.

A questão de circulação de elites, a questão que você levantou, é o aspecto mais fraco deste assunto. As pessoas que gerenciam essas agências em países em desenvolvimento, ou são afetadas por elas, ou sabem o que há de errado e tem o conhecimento necessário para consertá-lo, ou talvez eles não saibam o que há de errado; e nesse caso podemos ajudá-los a ver o que há de errado.. No entanto, estão em melhor posição para perceber como resolver este problema, pois conhecem todos os obstáculos do caminho e todos aqueles que devem ter seus interesses levados em conta.

Há também o problema da legitimidade democrática, levantado pelas ONGs²³ que criticam as políticas de desenvolvimento e o modo como elas têm sido levadas a cabo. As ONGs têm criticado fortemente as políticas tipo “peritos tecnocratas que almoçam no Jockey Club”, e suas críticas transcendem as elites. São idéias que pressionam por uma visão mais ampla sobre quem deveria ser chamado a fazer parte dos projetos.

A idéia de circulação de elites é a mais difícil de todas: se as elites são o problema e não a solução, é preciso livrar-se delas; ou ao menos superá-las, enfraquecê-las, transformá-las, ou obter, como se diz nos Estados Unidos, uma “mudança de regime”. Esta é a parte mais perigosa da idéia e também, infelizmente, como você chamou muito bem a

atenção, talvez a mais importante, porque, às vezes, as elites perpetuam um regime que funciona como um elo em um sistema de hegemonia doméstica e internacional. Em uma situação assim, trabalhar apenas com a elite não vai resolver o problema, vai agravá-lo. Esta é, atualmente, uma das discussões mais importantes em pauta.

O capítulo de Kerry Rittich²⁴ afirma que a discussão sobre participação que ocorre no Banco (que faz parte da estratégia abrangente de desenvolvimento que ela analisa) é uma cortina de fumaça para defendê-lo de críticas à esquerda. O Banco não estaria falando sério sobre participação porque isso é muito perigoso, além de difícil sua implementação..

O Banco ainda é um banco, portanto tem de fazer o dinheiro circular. Os bancos têm de fazer o dinheiro circular, senão para que eles serviriam? Se o Banco constatar que as elites são resistentes a verdadeiras mudanças, mas, mesmo assim, que elas querem emprestar dinheiro, ele entraria em conflito com seu próprio papel. Há um conflito inerente ao papel do Banco que deve agir, por um lado, como promotor de idéias e, de outro, como um Banco que simplesmente empresta dinheiro.

Tomemos a OECD como exemplo. Ela é apenas um promotor de idéias; uma instituição que atua sob a forma de uma rede que compartilha informações e idéias. Da mesma forma, o Banco envolve participação, mas não apenas isso. A OECD lida apenas com idéias, o Banco com idéias e dinheiro. Quando os países não querem aceitar o dinheiro e as idéias ligadas a ele, há uma tensão em todo o processo.

A versão neoliberal de Direito e Desenvolvimento relaciona desenvolvimento com crescimento econômico. No período referido no livro como o terceiro momento do Direito e Desenvolvimento, este conceito foi expandido para que incluísse outros objetivos, tais como justiça e distribuição de renda. O conceito de desenvolvimento, portanto, mudou com o passar do tempo. O atual conceito de desenvolvimento é diferente do seu?

A idéia de um terceiro momento não está muito clara para mim, embora eu tenha escrito sobre ele. Há apenas dois momentos definidos, ou, na verdade, três se contarmos “direito e socialismo” como segundo. O livro não dá ênfase a este momento, exceto no capítulo de Scott Newton,²⁵ pois nos Estados Unidos essa não foi uma idéia muito forte. Já na Inglaterra foi muito importante, por isso Scott escreve sobre o

movimento inglês de Direito e Desenvolvimento na década de 70. Naquela época, as idéias socialistas circularam; houve um projeto de Direito e Desenvolvimento ligado ao governo Allende,²⁶ além da publicação de muitos textos sobre socialismo.

O que no livro eu chamo de terceiro momento poderia ser dito quarto momento, se considerássemos o momento do socialismo, mas não se trata propriamente de um momento: o termo é inapropriado. Quando falo em um “momento” estou me referindo a algo cristalizado, relativamente consensual, amplamente aceito, com um núcleo relativamente forte de idéias que foram utilizadas amplamente. Isso não existe nos dias atuais. Estamos em um período de preocupações e idéias conflitantes. É possível impedir a consolidação de um momento pós-neoliberal. Poderia-se argumentar que o *establishment* mundial que produz as idéias sobre políticas econômicas – e algo assim certamente existe – aceitou uma visão mais ampla de desenvolvimento que inclui a participação dos “stakeholders” e que vê o papel do Estado num registro diferente do neoliberalismo.

No entanto, também é possível encontrar neoliberais à moda antiga com muita influência, por exemplo, o projeto “Doing Business”. Se você realmente quiser saber até onde o neoliberalismo pode chegar, entre no *site* do Banco Mundial e estude o projeto. Você precisará de apenas duas horas para entendê-lo, pois o *site* é excelente.

Aí está: o *site* deles é excelente! Os críticos não têm um *site* sobre Direito e Desenvolvimento que resuma os argumentos em poucas regras e as sustente com estudos quantitativos realizados em uma centena de países; enfeitados com belos gráficos que mostram a correlação entre fazer o que o Banco Mundial espera e taxas de crescimento econômico. Alguém consegue resistir a isso? Aqui vemos o Banco como difusor de idéias e políticas: e ele é muito poderoso nisso. O projeto “Doing Business” é o neoliberalismo puro à moda antiga. Mas há outras áreas no Banco fazendo outros estudos e outras atividades. Em suma, estamos em um período de grande fluxo de pensamento. O momento atual não deveria ser chamado de “momento”. Isso responde à sua pergunta? Ou há algo mais nela que minha retórica me impediu de responder?

Bem, o ponto principal da pergunta era saber se o senhor tem um conceito pessoal de desenvolvimento. O senhor disse que não existe exatamente um “terceiro momento”...

É possível dizer que algumas idéias foram amplamente aceitas por todos, mas sempre surgem novas idéias. A diferença é que, no mundo oficial, há várias idéias pós-neoliberais concorrentes que são aceitas, às vezes, por alguns grupos, em algumas partes do *establishment* internacional; idéias que não poderiam ser percebidas há dez anos. Aí está a diferença. Mas nenhuma dessas idéias se tornou um dogma oficial. No momento atual, é possível encontrar teorias menos etnocêntricas; é possível encontrar pessoas menos etnocêntricas; é possível encontrar agências e práticas menos etnocêntricas, mas também é possível encontrar várias idéias etnocêntricas. Isso nos remete, mais uma vez, ao lugar onde buscamos as idéias sobre Direito e Desenvolvimento.

Alguém está ali, tranqüilo, em um país rico e desenvolvido, e pensa, “Bem, certamente alguém sabe como é possível chegar a esse ponto...”. Costumávamos pensar assim: quando eu era jovem, achávamos ter a resposta para o desenvolvimento. Comecei a lidar com esse tema um ano depois de sair da Faculdade de Direito, trabalhando como advogado auxiliando agências de desenvolvimento. Inicialmente, meu trabalho não era tentar mudar sistemas legais, mas negociar empréstimos. Eu negociiei o empréstimo para a distribuição de eletricidade em São Paulo, portanto, todos vocês são beneficiários do meu trabalho junto à “São Paulo Light”.²⁷ Nós a chamávamos de “Light.” Vocês já ouviram falar da “Light”, não?

Sim, e queremos agradecer-lo por isso. Obrigado, Professor Trubek! (risos)

Sim, foi um grande empréstimo, cinqüenta milhões de dólares para o Rio de Janeiro e São Paulo em 1966, se me lembro bem. Quatrocentos milhões de dólares em valores atuais, talvez mais. Vocês não poderiam estudar à noite se o empréstimo não tivesse saído! (risos)

Voltando à pergunta, onde buscávamos idéias sobre Direito e Desenvolvimento? Dizíamos: de um lado estão os países ricos e eles têm um sistema de Direito; aqui estão os países pobres e eles têm outro tipo de Direito... Assim, concluíamos, a resposta é: pegar as idéias e instituições de Direito dos países ricos, colocá-las em caixas e enviá-las aos países pobres; assim como enviamos geradores de eletricidade e equipamentos para a construção de estradas. Não tínhamos computadores naquela época, mas, se os tivéssemos, os teríamos enviado. Na verdade, hoje em dia enviamos computadores!

Este tipo de pensamento etnocêntrico foi uma reação a um completo vácuo intelectual. Quando se começou a fazer tal coisa, a idéia era de que isso poderia fazer a diferença; e esta idéia mudava de acordo as circunstâncias. Mas o fato é que não se sabia o que fazer e, é claro, falava-se da necessidade de apelar para a sensibilidade das elites. Vocês conhecem a expressão “elite compradora”? É uma expressão das teorias da dependência. Os “compradores” na China, eram os negociadores e os intermediários entre o Império chinês e o imperialismo ocidental do século XIX. Este termo foi utilizado pela teoria da dependência para se referir às elites dos países leais ao sistema mundial; intermediários entre os interesses dos capitais globais e nacionais.

A “elite compradora” apreciava a modernização. Construía casas de ópera, por exemplo. Sempre achei que um símbolo deste tipo de comportamento da elite brasileira é o fato de as mulheres mais ricas do Rio de Janeiro usarem casacos de pele para assistir à ópera. Não existe estação do ano no Rio de Janeiro em que se possa usar um casaco de pele. Mas, como as mulheres os usam nas óperas de Paris e a casa de ópera do Rio é uma cópia da casa de ópera de Paris, é preciso usar casacos de pele no Rio! Se há uma casa de ópera, é preciso usar casacos de pele; assim como é preciso haver instituições jurídicas francesas, italianas, alemãs e, mais tarde, norte-americanas.

A cumplicidade entre exportadores e importadores assemelha-se a isso. A importação de idéias recentes e modernas sobre Direito reforçava o poder da elite, pelo menos enquanto não resultassem nas mudanças que os exportadores queriam implantar. Pois os exportadores não apoiavam o domínio da elite – ao menos o pessoal técnico não apoiava. Talvez isso não fosse verdade entre os tipos cínicos e os políticos. Este era um jogo complexo e atingia a todos. Achávamos que sabíamos quais eram as respostas e as elites sabiam que podiam importar estas instituições. Assim como os casacos de pele não eram necessários, as instituições provavelmente também não o eram. Todo esse processo talvez fosse dar em nada, mas todos sentiram que algo estava acontecendo; e se sentiram mais importantes ainda se conseguissem viagens para Paris ou para a Inglaterra.

O senhor acha que a visão procedimental do Direito pode ser útil para que se discuta a organização institucional das agências de desenvolvimento? Faz sentido defender que se construam

instituições capazes de ouvir tantas vozes quantas forem possíveis para definir a agenda do desenvolvimento?

Pensei que você fosse fazer uma pergunta diferente, por isso responderei primeiro à pergunta que você fez, e depois, à pergunta que pensei que você fosse fazer. Não é preciso referir-se à teoria procedimental do Direito para fazer isso, pois temos a agenda da *governança* que tem sido aplicada a projetos que envolvem o Direito. Esta é a doutrina oficial do Banco. A via dos “stakeholders” é uma idéia sobre procedimentos, muito próxima da teoria procedimental do Direito, mas que não vem da teoria do direito, mas de uma discussão geral sobre administração pública, e de qualquer ponto de vista que enfatize que a capacidade técnica nunca é suficiente para criar novas instituições e resolver problemas sociais complexos.

A capacidade técnica pode ser valiosa, mas há conhecimento encarnado nos participantes. Nestes projetos, o participante é o “stakeholder” que sabe como as coisas funcionam. Talvez ele esteja aprisionado no que os economistas chamam de “armadilhas de equilíbrio de baixo desempenho” e não consigam ver a saída para seus problemas, no entanto ele sabe quais são os problemas. Seu novo Ministro, Roberto Mangabeira Unger,²⁸ escreveu sobre a desestabilização dos direitos. Ele fala muito sobre este assunto, pois acha importante desestabilizar o sistema consolidado para liberar mais potencial democrático da base na direção do topo. Agentes externos podem desempenhar este papel.

Temos a via do “stakeholder” e a possibilidade de desestabilizar o que está posto para criar novas idéias que surjam da base e sigam na direção do topo: não precisamos de Günther Teubner²⁹ para levar essas idéias ao Banco Mundial, certo? (*risos*) Na verdade, é melhor nem mencionar tais teorias porque eles ficariam confusos. Seria melhor falar sobre idéias mais comuns, mais acessíveis.

No fim das contas, a pergunta que você fez é a seguinte: “estas idéias podem ser desenvolvidas?” Sim, é claro, porque germes delas já estão presentes na agenda da *governança*. Neste novo momento esta é uma das idéias que podemos apoiar, quer a chamemos de visão procedimental do direito ou não: não é preciso usar este termo.

Seria possível pensar procedimentalmente a “stakeholder participation” em regulações *top-down*. O que realmente precisamos é de um direito antitruste administrado por uma pequena burocracia em

Brasília, que aplica de maneira rigorosa regras altamente específicas e detalhadas, mas que chega a consensos pela consulta a todos os eventualmente interessados? Precisamos de um direito ambiental altamente detalhado e específico e aplicado por uma grande burocracia? Em outras palavras, é possível usar métodos participativos para se chegar a uma visão não-participativa do Direito, uma visão não-procedimental?

Por isso mesmo, há duas perguntas diferentes: “Quais são os desdobramentos das idéias sobre Direito e Desenvolvimento, sejam elas de esquerda ou de centro?” e “Por que ninguém prestou atenção à visão procedimental do Direito?”. Ambas são perguntas interessantes e a resposta à segunda pergunta é: são idéias extremamente contestadas nos centros de pensamento sobre o direito no Hemisfério Norte e, portanto, não têm grande divulgação. Elas são como um bom vinho: não se dão bem com viagens. Apenas quando as idéias se tornam mais ou menos aceitas é que elas conseguem correr o mundo.

Outra razão é que a mentalidade sobre temas de desenvolvimento está ultrapassada, é muito tradicional. Temos que mudá-la e, nesse processo, há um “nós”, há um “agente da mudança” e há uma “visão.” O problema é que os críticos tentaram deslegitimar algumas idéias e os envolvidos no processo de deslegitimar as “cópias etnocêntricas das instituições jurídicas do Hemisfério Norte” não são necessariamente simpáticos à procedimentalização e à governança.

Essas pessoas costumam ter uma visão social-democrata do mundo e, portanto, tendem a alinhar-se com todos aqueles que temem que a procedimentalização seja um disfarce para a desregulação, ou seja, para o desmonte do Estado de Bem-Estar Social no Hemisfério Norte. Talvez por isso seja difícil ver a articulação; a combinação entre estas duas idéias. É fácil olhar para a via do “stakeholder” e para a discussão sobre governança e dizer: “Isto é muito parecido com a visão procedimental do Direito!”. No entanto, muitas destas conexões não foram feitas.

O que particularmente o estimula neste compromisso com as questões de Direito e Desenvolvimento?

Os programas de milhagem! (*risos*) Estou brincando. Continue!

Gostaríamos de saber se o senhor tem uma agenda normativa pessoal; um conjunto de crenças que o motiva...

Vou responder de maneira um pouco diferente. Não quero entrar muito nesta questão. Vou lhe dizer por que acho que continuo fazendo o que faço, além de participar do programa de milhagem.

Bem... está certo, vou lhe dar uma resposta honesta:, faço-o em parte porque as pessoas querem falar sobre o assunto e, por acaso, eu tenho muito a dizer sobre ele. Quando você sente que tem algo a dizer, pois já fez uma série de trabalhos em que pensou sobre certa questão e há pessoas que querem aprender com você, não importa qual seja o assunto, você percebe, a certa altura, que é muito gratificante falar sobre ele.

Por que me envolvi e ainda penso sobre o tema? Apesar de todas as críticas, pessoas como eu acreditavam em algo. Quando começamos na década de 60, o Direito e Desenvolvimento não era um campo de estudos. Inicialmente, foi criado por juristas que acreditavam que o desenvolvimento era uma causa justa. Não importava saber que aquela não era uma boa maneira de ganhar dinheiro ou de construir uma carreira. Ninguém em seu juízo perfeito se envolveria nessa atividade. Eu me lembro de contar para algumas pessoas minha dúvida entre aceitar um emprego; uma oferta de Wall Street, ou trabalhar para o programa de ajuda externa do governo dos Estados Unidos. Todos me diziam: “Você está maluco! É uma loucura! Vá trabalhar para o escritório em Wall Street!”. Naquela época, a questão não era o dinheiro ou a carreira, era sobre como você construiria uma carreira.

Eu recusei a oferta de emprego de um escritório chamado Covington & Burling e de outro, chamado Cravath, Swaine & Moore. Um sócio deste último ganha mais ou menos um milhão de dólares por ano e um professor de Direito em uma faculdade de Direito modesta ganha cento e cinquenta mil por ano. É uma grande diferença. As pessoas que trabalham em agências de desenvolvimento ganham menos ainda, portanto há duas carreiras diferentes. Eu não sabia disso quando tinha vinte e quatro ou vinte e cinco anos. Mas, olhando para o passado, de fato, havia duas carreiras. As pessoas que sabiam disso diziam, “Não desista do Direito Corporativo. Você pode fazer o que quiser a partir dele, mas, uma vez inserido no campo de trabalho relacionado ao desenvolvimento, você jamais poderá voltar ao Direito Corporativo”. Eu respondia: “Tudo bem”, embora na época não conseguisse ver tudo isso com clareza.

Entrei no campo do Direito e Desenvolvimento pela causa: libertar os povos da opressão e da tirania. Havia aspectos anticomunistas no

projeto de desenvolvimento da década de 60. O projeto inicial de Direito e Desenvolvimento foi criado como uma alternativa ao socialismo; como uma alternativa ao comunismo em uma época em que os Estados Unidos e a Europa Ocidental estavam preocupados com a tomada do Terceiro Mundo e, mais tarde, da China, pelos soviéticos.

Achávamos que o risco era o autoritarismo da esquerda. Descobrimos que o verdadeiro risco era o autoritarismo da direita. Mas éramos muito jovens e ingênuos e não conseguimos ver isso. Queríamos lutar contra o autoritarismo e queríamos fazer algo contra a distribuição desigual de recursos entre as economias de todo o mundo. Não usávamos a palavra “eficiência” naquela época; este não era um termo comum, mas certamente sabíamos o que ele significava. Achávamos que a busca por “eficiência” era a maneira de chegar onde queríamos e pensávamos que um rápido crescimento econômico contribuiria para a libertação política.

Sei que hoje, vocês olham para mim e pensam: “Como você pôde ser tão idiota!” (*risos*). Mas realmente pensávamos assim. E realmente pensávamos que, se conseguíssemos fazer com que as faculdades de Direito da América Latina se parecessem cada vez mais com Yale, contribuiríamos para o desenvolvimento da região. Eram idéias que seguíamos com sinceridade. O Direito e Desenvolvimento era uma causa. Era uma causa, e as causas últimas eram a igualdade e a liberdade. Sem dúvida tratava-se de uma visão emancipadora e todos os que a seguiram, compreendendo-a por completo ou não, desistiram de carreiras lucrativas. Como opção pela carreira acadêmica, foi um erro terrível ter entrado neste campo na década de 60 porque as pessoas envolvidas tornaram-se líderes de um campo em colapso e isso não é exatamente bom para uma carreira, exceto, talvez, trinta anos mais tarde, quando me dizem, “Oh, você é o cara que acabou com o campo... eu sei quem você é, eu me lembro de você!” (*risos*).

O desenvolvimento era uma causa, e era uma causa emancipadora. Pensávamos que a exportação de instituições jurídicas ocidentais fosse libertadora. Pensávamos que o auxílio estrangeiro fosse um empreendimento altruístico. Pensávamos que o crescimento econômico, por si mesmo, levaria à Democracia e, portanto, não era necessário preocupar-se com a política. Não estou dizendo que alguém sentou e escreveu artigos que diziam essas coisas. Esta é uma explicação para a prática que consistia em concentrar-se na Economia e deixar de se preocupar com os direitos humanos ou com a Democracia.

Esta era a visão inicial. Passamos depois por um período de grande aprendizado. Aprendemos que o auxílio internacional poderia ser uma ferramenta demoníaca. Aprendemos que as instituições jurídicas ocidentais poderiam ser importadas e postas a serviço da opressão e do autoritarismo. Aprendemos que a idéia mesma de exportar instituições poderia servir à manutenção das elites e da dominação. Aprendemos o lado negro do Direito e Desenvolvimento, e isso levou às críticas.

Eu confesso que, quando voltei a ler o artigo de 1974, tive dificuldades de entender o que ele queria dizer. Era algo como: “Temos de voltar às idéias básicas e continuar com esta prática, mas temos de fazê-lo de modo a não incorrer em todos estes erros”. Pois, é claro, como não sabíamos como evitar aqueles erros, havia apenas certa esperança...

Éramos, então, muito mais conscientes em relação às críticas. Absorvíamos todas as críticas e a pergunta era: O que faremos agora? Continuamos com isso? Ou devemos abandonar esta atividade e começar a jogar golfe? (*risos*) Veja, seria possível continuar no programa de milhagem voando por campos de golfe ao redor do mundo! (*risos*) Há outras maneiras de participar de programas de milhagem e, até mesmo, de se hospedar em hotéis chiques! (*risos*)

Uma das missões mais difíceis, hoje em dia, e é isto que o grupo que escreveu *The new law and economic development* deseja, é descobrir se há uma prática positiva. Quase todos os autores do livro estão no Brasil neste mês. Francamente, não tenho certeza de que encontrarão o que querem. É uma questão muito difícil; é preciso mais do que o auxílio internacional para desenvolver um país, até mesmo o Brasil. No Brasil seria possível atingir os objetivos em menos tempo, mas há muitas distrações, tais como a praia no Rio de Janeiro... (*risos*) De qualquer maneira, vamos ver o que resulta disso. De qualquer forma, há um esforço genuíno de manter a visão emancipatória, mesmo após todas as críticas.

É muito difícil fazer isso; distanciar-se de fórmulas gerais supostamente universais e caminhar na direção da via do “stakeholder”, da procedimentalização; reconhecer o problema das elites e ser capaz de lidar com ele; entender que talvez haja um papel para a intervenção externa, desde que não seja arrogante e se coloque em posição superior. Uma ajuda externa que não queira dizer às pessoas o que elas devem fazer, mas que se proponha a ajudá-las a entender o que desejam. Agindo dessa forma, talvez ela possa ser um fator de desestabilização, nos termos de Mangabeira Unger. Mas seu papel não pode ser definir, em última

instância, o que deve ser feito. O grupo que está no Brasil busca maneiras de continuar a prática emancipatória. Está lutando para que isso aconteça em razão de todos os benefícios que estão ligados a esta visão.

O senhor sempre desempenhou um papel ativo no movimento de Direito e Desenvolvimento e sempre teve muito contato com as agências de desenvolvimento. Está satisfeito com seu trabalho pessoal e com sua influência, até agora?

Sim. Próxima pergunta? (*risos*)

Tudo bem. Esta é uma resposta plenamente satisfatória! (*risos*)

Espere, espere! Vou responder... Influência sobre as agências: muito pequena, decepcionante. Influência sobre o meio acadêmico: muito satisfatória. O meio acadêmico terá mais influência sobre as agências no futuro? Espero que sim, mas é muito cedo para dizer. Estou muito satisfeito com o fato de que neste momento haja tanto interesse nas críticas. Mas estou mais satisfeito que haja tentativas de partir delas para construir novas práticas. Não acredito que criticar seja suficiente.

Há quem diga que seu trabalho não é buscar caminhos novos a partir das críticas. Não consigo aceitar isso, pois sou um reformador social à moda antiga. Quero ir além das críticas para elaborar novas práticas. Mas fazer isso é muito difícil, pois, como acredito no procedimentalismo e na via do “stakeholder”, será preciso criar novas instituições e instituições novas não surgem do sonho de alguém sentado em uma biblioteca em Paris, Londres, Nova York ou Madison, Wisconsin, mas de redes que interliguem pessoas com diferentes pontos de vista.

A criação destas redes é um fato promissor. Uma das falhas no momento contemporâneo do Direito e Desenvolvimento, assim como de todos os outros períodos, é a falta de qualquer informação empírica sobre como os sistemas de direito realmente funcionam e quais os efeitos das reformas realizadas. Há pouquíssima pesquisa sobre isso. Este tipo de pesquisa, os professores de Direito, formalistas ou não, defensores do realismo jurídico, do pós-realismo ou do pré-realismo jurídico (*risos*), não sabem como fazer. Eles não são treinados para estudar como o Direito funciona. Não é uma habilidade que faça parte de sua especialidade, é uma habilidade interdisciplinar.

Há um movimento mundial de apoio e encorajamento a pesquisas interdisciplinares. Nos Estados Unidos, o chamamos de “Law & Society”,

e outros países o chamam apenas de “Estudos Sócio-Jurídicos”. Teremos um grande encontro em Berlim³⁰ neste verão que irá reunir estudiosos deste campo. É muito gratificante ver que há muitos pesquisadores, tanto do Hemisfério Norte quanto do Hemisfério Sul, escrevendo monografias sobre o Direito dos países em desenvolvimento, auxílio estrangeiro e esforços de reforma dos sistemas jurídicos; ou seja, há muita coisa acontecendo relacionada a todas as questões que discutimos. Há, atualmente, uma pequena, mas crescente comunidade de interessados no assunto com capacidade de estudar empiricamente o que está acontecendo.

Sessenta e oito brasileiros submeteram monografias para esta conferência. Nem todos serão selecionados e muitos não poderão ir por falta de financiamento. O euro está muito forte e isso atrapalha, mas tenho certeza de que pelo menos trinta ou quarenta brasileiros estarão em Berlim, além de pessoas de mais de setenta e nove países. Um terço dos participantes vem da América do Norte, um terço vem da Europa; outro terço dos países em desenvolvimento, incluindo trinta e cinco da África do Sul e trinta e um da China.

Não é possível saber, nesse momento, quem vai conseguir viajar para Berlim. Eu recebo cartas, cartas muito tristes, de pessoas como um estudante da Índia, que enviou uma monografia e diz coisas como: “Recebi uma carta dizendo que minha monografia foi aceita, como faço para conseguir o dinheiro para a viagem?”. Levantamos cento e sessenta mil dólares para trazer estudiosos de países em desenvolvimento, mas isso não adianta quando estamos falando em mais ou menos 2.800 pessoas que solicitaram dinheiro para viajar...

Estou engajado em um grande projeto que minha universidade está iniciando e que vai encorajar o desenvolvimento de habilidades empíricas e sua aplicação a questões relevantes para a agenda do Direito e Desenvolvimento. Acabamos de contratar pessoas que pesquisam América Latina, Oriente Médio, Rússia, China e África. Temos em Wisconsin, provavelmente, o maior grupo de estudiosos interdisciplinares de Law & Society dedicados aos países em desenvolvimento. Acho que este projeto terá desdobramentos muito promissores e tenho trabalhado muito para fazê-lo decolar.

O senhor escreveu um importante artigo sobre Max Weber em 1972, Max Weber sobre direito e a ascensão do capitalismo, que

é claramente um esforço para dar consistência teórica ao Direito e Desenvolvimento. Max Weber ainda tem um papel a desempenhar neste campo de estudos?

Há um interesse renovado em Max Weber hoje em dia e sua obra tem sido utilizada negativamente, para dizer o que não se deve fazer. Há um artigo muito importante de Chantal Thomas³¹ que trata do uso e do abuso das teorias de Max Weber sobre Direito e Desenvolvimento por intelectuais norte-americanos nas décadas de 60 e 70. Ela se debruçou sobre uma nova onda de estudos acadêmicos sobre Weber. O artigo não é somente sobre Direito, mas sobre estudos em geral que se dedicam a Max Weber. Chantal critica o trabalho sobre modernização de sociólogos norte-americanos que se basearam ostensivamente em Weber. Apesar disso ter ocorrido também em outras partes do mundo, trata-se de um projeto eminentemente norte-americano. Estou me referindo ao que se costuma chamar de “teoria da modernização”, um esforço de cientistas sociais norte-americanos para explicar por que alguns países são ricos e outros são pobres e o que o se pode fazer sobre isso.

Adivinhe qual é a solução oferecida por esta teoria? Ter instituições como as dos países desenvolvidos! Agora adivinhe quais instituições deveriam ser reformadas? O Direito! Este projeto foi divulgado e apoiado pelo *establishment* norte-americano. Notemos como ele era congruente com a política externa norte-americana: uma espécie de guru, um dos líderes entre os pensadores desse campo, cujo trabalho foi extremamente influente, foi o sociólogo Talcott Parsons³², uma das grandes figuras na história da sociologia norte-americana. Seu trabalho foi apropriado pelos esforços que visavam a promover desenvolvimento econômico, administrativo e político nos países em desenvolvimento. Teoria da Modernização era uma espécie de teoria geral da mudança social e se apresentava como alternativa ao socialismo. Como eu já disse, a teoria era sobre “por que alguns países são pobres e o que pode ser feito em relação a isto”.

A resposta para a teoria socialista, eu garanto, não era copiar a Faculdade de Direito de Yale. Já a Teoria da Modernização levava inevitavelmente a esta conclusão. Parsons baseou seu pensamento no que ele alegava ser um estudo sobre Weber. Mas seu ponto de vista era muito norte-americano: uma espécie de visão liberal otimista do mundo, que também funciona como uma ótima ideologia para um império incipiente.

Sabemos que Weber era um pensador sombrio que dizia que o capitalismo e a modernidade eram projetos muito falhos. Então aparece este norte-americano que simplifica o trabalho de Weber e descobre, ao estudá-lo, o projeto etnocêntrico a que se refere Chantal Thomas. Eu dirigi um projeto por cinco ou seis anos em Yale chamado: “Programa Direito e Modernização”. O nome não é acidental. Atualmente eu ministro uma disciplina chamada “Direito e Modernização no Mundo em Desenvolvimento”. A única razão pela qual ainda temos este título estúpido é a burocracia de Wisconsin. É muito difícil mudar o nome de um curso. Acredite se quiser: para fazer isso é preciso passar por toda a universidade; por um comitê universitário.

A idéia dominante na época era a de Direito e Modernização. No início do Direito e Desenvolvimento tentávamos desenvolver o que podemos denominar “Teoria do Direito e Desenvolvimento” estudando a literatura sobre Modernização. Achávamos que teríamos que nos encaixar nesta literatura porque ela era a narrativa mestra da Academia Liberal norte-americana da década de 60. Havia a Teoria da Modernização e os estágios do crescimento econômico de Rostow.³³ Estas duas idéias foram combinadas e o Direito e Desenvolvimento foi construído neste universo, caracterizado também pelo anticomunismo da Guerra Fria e pela política externa norte-americana, marcada pela Aliança para o Progresso.³⁴

Assim, o que temos atualmente são estudos sobre Weber que buscam obter respostas para os problemas do Direito e Desenvolvimento, mas que percebem que ele não as tinha e que as respostas encontradas por alguns são interpretações questionáveis de seu trabalho. Duncan Kennedy,³⁵ um dos autores no livro *The new law and economic development*, escreveu um artigo absolutamente brilhante³⁶ que trata do lado sombrio de Weber. Weber compreendia a crítica ao formalismo tão bem quanto qualquer outro estudioso de seu tempo. Esta crítica teve início na Alemanha mais ou menos ao mesmo tempo em que Weber escrevia seu livro sobre sociologia.³⁷

O artigo de Duncan é absolutamente brilhante, leitura imprescindível para os interessados em Weber e em Direito. Foi publicado no livro que editei, mas também é acessível na *Harvard Law Review*, que se pode obter *on-line*. Gostaria de dizer o seguinte: vocês são capazes de perceber a diferença entre o seu aprendizado do Direito e as condições que eu encontrei no Brasil há trinta anos, quando fui apresentado a Roberto

Mangabeira Unger, ainda estudante no Rio de Janeiro? Ele tinha, em casa – não sei como ele conseguia, sendo um estudante de Direito – uma coleção de trinta anos da *Harvard Law Review*, além de todos os grandes tratados europeus de Teoria do Direito. Já o estudante de Direito médio não conseguia encontrar nada, certo? Sem muito esforço, era impossível obter qualquer informação sobre o que acontecia fora do Brasil. Hoje, basta estar sentado em casa, de pijamas, acessar a *internet* e obter tudo o que foi publicado nas revistas jurídicas norte-americanas desde 1845.

Tive uma experiência incrível com a *internet*. Meu avô era um químico que migrou da Rússia para os Estados Unidos nos anos 1890, antes que eu tivesse nascido. Jamais o conheci e meu pai teve uma péssima relação com ele, portanto nunca falamos muito sobre meu avô.

Um dia, uma de minhas filhas, acadêmica, acessou o *Google* procurando por seu próprio nome. É algo que se pode fazer como acadêmico: acessar o *Google*, procurar a si mesmo e encontrar várias coisas maravilhosas – além de ficar ansioso se não houver citações suficientes do seu trabalho. Pois bem, ela procurou por seu próprio nome e encontrou *on-line* um artigo que meu avô publicou em 1896. Não é incrível? E ela estava sentada, de pijamas, em Ohio...

A possibilidade de um diálogo Norte-Sul genuíno aumentou substancialmente nos últimos vinte anos em virtude de melhorias no aprendizado do Direito em instituições como a FGV. Isto não está ocorrendo em todo o Brasil e ou na América Latina, mas, mesmo assim, há possibilidades promissoras, potencializadas pela tecnologia da informação e pela tremenda redução nos custos de comunicação.

Quando estive na embaixada norte-americana no Rio de Janeiro na década de 60 não era fácil fazer uma chamada telefônica. Tratava-se de um projeto de grandes proporções. Tínhamos nossos próprios troncos telefônicos, afinal, o governo dos Estados Unidos nos apoiava, mas ninguém mais as tinha. Hoje, o fato de eu ter dito “vocês não precisam de Teubner” e vocês terem rido do meu comentário significa que vocês sabem do que estou falando. Este é um sinal de incrível sofisticação, impossível há trinta anos. A possibilidade de um diálogo genuíno, em vez da via de mão única que promovíamos, aumentou bastante, ao menos no que diz respeito a suas possibilidades materiais.

NOTAS

- 1 Søren Kierkegaard, *O conceito de ironia*, São Paulo: Vozes, 1991.
- 2 Max Weber sobre direito e ascensão do capitalismo, *Revista Direito GV* 5, t. 3 v. 1, p. 151-186, 2007; publicado originalmente na *Wisconsin Law Review*, 1972(3):720-753.
- 3 Tori Moi, *Sexual/Textual politics*, London/New York: Methuen, 1985, p. 40.
- 4 Mikhail Bakhtin, *Speech genres and other later essays*, Austin: University of Texas Press, 1986, p. 132.
- 5 Sigmund Freud, *Jokes and their relation to the unconscious*, London: Penguin Books, 1976.
- 6 Marc Galanter; David Trubek, Scholars in Self estrangement, 1974: 4, *Wisconsin Law Review* 1062, cuja tradução é publicada nesta edição da *Revista Direito GV*.
- 7 *The new law and economic development: a critical appraisal* (2006): organizador com Álvaro Santos; *Max Weber at the millennium: economy and society for the 21st century* (2005): organizador com Charles Camic e Philip Gorski; além de *Governing work and welfare in a new economy: European and American experiments* (2003): organizador com Jonathan Zeitlin.
- 8 Center for World Affairs and the Global Economy.
- 9 International Institute for the Sociology of Law, em Onati.
- 10 European University Institute, em Florença.
- 11 US Court of Appeals, 2nd circuit.
- 12 Agency for International Development.
- 13 Para este ponto, ver James A. Gardner, *Legal imperialism*. American lawyers and foreign aid in Latin America, Madison: University of Wisconsin Press, 1980.
- 14 David Trubek; Marc Galanter, Acadêmicos auto-alienados: reflexões sobre a crise norte-americana da disciplina Direito e Desenvolvimento, *Revista Direito GV* 6, v.4, n2, pp. 261-304, 2006; originalmente: *Wisconsin Law Review*, 1062 (1974).
- 15 Marc Galanter é *John and Rylla Bosshard Professor of Law* e professor de

estudos sul-asiáticos da Faculdade de Direito da Universidade do Wisconsin.

16 United States Agency for International Development – Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.

17 Um orixá importante para muitas religiões afro-americanas; originalmente da religião Yorubá.

18 Álvaro Santos, The world bank's uses of the “rule of law” promise in economic development, In: David M. Trubek; Álvaro Santos, *The new law and economic development: a critical appraisal*, Cambridge, 2006, p. 253-300.

19 BRIC é um termo usado para se referir conjuntamente a Brasil, Rússia, Índia, e China.

20 Organização das Nações Unidas.

21 The Organization for Economic Co-operation and Development – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

22 Literalmente “pessoas interessadas”. O termo originalmente concerne ao mundo dos negócios, mas tem sido usado para se referir a políticas que levam em conta os interessados como sujeitos ativos que precisam ter sua voz ouvida pelos mecanismos de tomada de decisões.

23 Organizações não-governamentais.

24 Kerry Rittich, The future of law and development: second-generation reforms and the incorporation of the social, In: David M. Trubek; Álvaro Santos, *The new law and economic development: a critical appraisal*. Cambridge, 2006, p. 203-252.

25 Scott Newton, The dialectics of law and development, In: David M. Trubek; Álvaro Santos, *The new law and economic development: a critical appraisal*, Cambridge, 2006, p. 174-202.

26 Salvador Allende (1908-1973) foi o presidente socialista do Chile entre 1970 e 1973, morto em 11 de setembro de 1973 durante um golpe de Estado de extrema-direita levado a cabo pelos militares.

27 A *São Paulo Tramway, Light and Power Company* foi uma empresa de capital canadense que atuou em São Paulo em atividades de geração, distribuição de energia elétrica e transporte público por bondes. Encerrou suas atividades no final dos anos 70.

28 Professor da Faculdade de Direito de Harvard, um dos fundadores do movimento *Critical Legal Studies* e importante teórico social. Foi indicado para ocupar o cargo de Ministro das Ações de Longo Prazo do Governo Lula. Autor, entre outros, de *O direito na sociedade moderna* (1977), *The critical legal studies movement* (1986), *O direito e o futuro da democracia* (2004), *Política: os textos centrais* (2001).

29 Professor de Direito Privado e Sociologia do Direito, Universidade de Frankfurt/Main, e *Centennial Professor*, Faculdade de Economia de Londres. Autor de *O direito como sistema autopoiético* (1993); *Direito, sistema e policontextualidade* (2005); editor ou co-organizador de *Contractual networks* (2007), *Paradoxes and inconsistencies in the law* (2006), *Transnational governance and constitutionalism* (2004).

30 Encontro anual da Law and Society Association (LSA) e do Research Committee on Sociology of Law (RCSL of ISA) – Comitê de Pesquisa sobre Sociologia do Direito, Universidade Humboldt, Berlim, de 25 a 28 de julho de 2007.

31 Chantal Thomas, Max Weber, Talcott Parsons and the sociology of legal reform: a reassessment with implications for law and development, 15 *Minnesota Journal of International Law*, p. 383, 2006.

32 Talcot Parsons (1902-1979), prof. em Harvard, sociólogo muito influente, especialmente durante as décadas de 50 e 60. Autor de *A estrutura da ação social* (1937) e *O sistema social* (1951).

33 Walt Whitman Rostow (1916-2003) foi um economista norte-americano e teórico político que serviu como Assistente Especial para Assuntos de Segurança Nacional. Proeminente por seu papel na formação das políticas norte-americanas no Sudeste asiático durante a década de 60, foi um fiel oponente do comunismo, e era conhecido por sua crença no Capitalismo. Autor de *The stages of economic growth: a non-communist manifesto* (1960) publicado no Brasil pela Editora Zahar.

34 Movimento iniciado em 1962 pelo então Presidente norte-americano John F. Kennedy, que visava estabelecer cooperação econômica entre a América do Norte e a América do Sul para combater a ameaça comunista na região.

35 Duncan Kennedy é *Carter Professor* de Teoria Geral do Direito na Faculdade de Direito de Harvard. Um dos criadores e figura-chave dos *Critical Legal Studies*, é autor de *The rise and fall of classical legal thought* (1975), *A critique of adjudication [fin de siècle]* (1998), *Legal education and the reproduction of hierarchy* (2007) e *Three globalizations of law and legal thought: 1850-2000*, In: David M. Trubek; Álvaro Santos, *The new law and economic development: a critical appraisal*, Cambridge, 2006, p. 19-73.

36 The disenchantment of logically formal legal rationality, or Max Weber's sociology in the genealogy of the contemporary mode of Western legal thought, 55 *Harvard L.J.*, p. 1031 (2004), republicado in: Charles Camic; Philip Gorski; David Tubek, *Max Weber's economy and society: a critical companion* (2005).

37 Trubek refere-se, aqui, a autores como Rudolf von Ihering (1818-1892), Georg Jellinek (1851-1911) e ao austríaco Eugene Ehrlich (1862-1922), que integraram elementos sociológicos ou uma visão sociológica ao estudo do Direito.

THE NEW LAW AND DEVELOPMENT: AN INTERVIEW WITH DAVID TRUBEK

José Rodrigo Rodriguez (coordenação), Ana Mara Machado, Luisa Ferreira, Gisela Mation, Rafael Andrade, Bruno Pereira

I

Professor David Trubek agreed to talk to Revista Direito GV on a Sunday after arriving in Brazil from a trip to Egypt. His relationship with our country goes back to the 60s, when he developed academic, political and personal relationships here.

For this reason we knew that he would be very busy in Brazil, but he was also going to give a presentation at FGV Law School in São Paulo. Therefore, the fact that Sunday was the only available day for the interview did not surprise us. What did surprise us, however, was the enthusiastic and good-humored way in which we were received on that late afternoon of May 27, 2007, by Professor Trubek.

On leaving the hotel where we carried out the interview we were still processing the fact that, as well as answering all our questions, one of the interviewee's main forms of expression is irony. Not a negative, socratic irony, designed to expose an interviewer's shortcomings¹, but a positive irony, designed to address the world's ambiguity in an attempt to solve the world's problems.

It will become clear throughout the interview, especially in his World Bank analysis, that Trubek uses his perspective as a lawyer and sociologist to present the issues that concern him, such as the ways in which society's governing bodies deal with their legal dilemmas. His main efforts are directed towards bringing justice to the quandaries that arise from daily living without reducing them to universal principles or general theories that can be applied to all concrete acts.

Trubek thinks about Law and Development without leaning on ready-made formulas that are capable of anticipating and solving, in abstract terms, the problems of daily life. He feels that each solution must have a specific context and a limited and partial point of view, and that this view must be thought about constantly in order to reach ever more efficient, legitimate and just solutions.

This disenchanted realism, which clings to theoretic sophistication and the singularity of the concrete, owes much to Max Weber, whom Trubek has written a classic essay about, which in turn provided him with the foundation for the Sociology of Law².

As any reader will realize who reads this interview, Trubek states that the dilemmas presented by Law and Development cannot be solved in the blink of an

eye. According to him, it takes hard work and constant reflection to solve them, supported by data and real practices capable of evaluating the solutions adopted in the search for new possibilities. All of these factors must be considered in evaluating the relationship between Law and Development, efficiency and distribution, equality and freedom, while accepting that an absolute truth may never be reached.

On choosing irony as his main form of expression, Trubek leads us back to a disenchanted universe, an orphan of unequivocal answers, condemned to build a future without an established outcome. The (post-) modern subject, restrained by practical necessities, must make decisions while immersed in a world full of diverse traditions, ethnicities, political alliances, economic theories etc. Within this context, every solution is partial and temporary; every theory is fallible and needs to be constantly revised: no truth is universal or definitive.

Adopting irony as a platform is a risky choice, because, "In ironic discussions, every stance rolls back on itself, leaving even the most fervent political analyst in a position in which the use of irony can deconstruct an entire perspective"³. To take irony to its limit can be tantamount to saying that no particular perspective can really be defended, no belief stood by, to the point that indifference to humanity's course becomes the norm.

Moreover, this approach, which is best described as "the ambiguous tone of modern times"⁴, is used by Trubek to deny the dogmatic and the unilateral while intertwined with the firm belief in humanity's emancipation. In order to open space for new thoughts, new possibilities, new solutions, one must make explicit the ambiguities of certain theories and arguments that require our time and attention⁵. In this specific way, irony merges with thought, insofar as it always seeks the new, the unprecedented.

More than 30 years after writing his last dissertation on the subject, the much praised "Scholars in Self Estrangement" published in 1974⁶ (written with Marc Galanter) David Trubek decided to reexamine the problems of Law and Development and reopen the field to study. To better understand the interview that follows it is important to stress his career up to the moment of the release of *The New Law and Development* published at the end of last year. Indeed, this interview was prompted by the release of the book and by our interest in a discussion on the correlation between Law and Development.

II

It's hard to outline Professor Trubek's career in just a few lines. Throughout his 40-year academic career our interviewee focused on a wide range of subjects, which he brings together in his most recent work, which discusses Law Theory,

*Socio-Legal Studies and Law and Development*⁷. For the sake of our debate, we shall focus on the latter, and his experience in Brazil. The information presented will provide valuable information to readers.

David Trubek is currently Voss-Bascom Professor Emeritus of Law and Senior Fellow of the Center for World Affairs and the Global Economy at the University of Wisconsin-Madison. He has been visiting scholar in residence at the International Institute for the Sociology of Law in Spain⁸, the London School of Economics, Maison des Sciences de l'Homme, the European University Institute⁹ and the European Union Commission. He has also headed international projects in Russia, Guinea Bissau, Cape Verde and Brazil.

His academic work has received international praise, as evidenced by his awards: Harry Kalven Prize, from the Law and Society Association, in 2002, and the Chevalier dans l'Ordre des Palmes Academiques from the French Minister of Education, in 2001. A great deal of his academic work is tied to the rise and fall of law and development and "post-regulatory" law.

Since graduating from the University of Wisconsin in 1957, and earning his law degree from Yale Law School in 1961, Trubek developed and directed several academic projects focusing on law and international studies. His interest in Law and Development started early. After working for one year as a law clerk in an appeals court, Trubek took up a job as attorney-advisor¹⁰ in 1962 at the U.S. Department of State at the Agency for International Development. In 1964 he became Legal Advisor of the U.S.A.I.D Mission to Brazil in Rio de Janeiro, in Brazil. Subsequently, he was also appointed chief at the Mission's Office of Housing and Urban Development.

It was in Brazil that Trubek found other lawyers, professors and judges concerned with new ideas on how to teach law. This coincided with John F. Kennedy's "Alliance for Progress" which encouraged exchanges between the two countries in such fields as law. It was during his tenure as a lawyer on the "Alliance for Progress" that Trubek initiated talks on a project aimed at revolutionizing law teaching in Brazilian universities with funding from the Ford Foundation and the United States Government government. These discussions culminated in the creation of the Center for Studies and Research in Legal Education (CEPED), in 1966, formally part of the University of Guanabara but housed in and effectively supported by the Getulio Vargas Foundation, which sought to provide a venue for the elaboration of new teaching methods that could then be disseminated throughout the country.

CEPED's influence on the Brazilian judicial community is a polemic issue¹¹, but suffice it to say that it was not as effective as had been hoped, and its initial

repercussions were not far reaching. With the end of America's funding of CEPED it continued as part of UEG (now the State University of Rio de Janeiro) but the level of activity declined. It did, however, produce a generation of professionals who have become leaders in the legal field throughout Brazil. As well as creating CEPED, Trubek also found time to teach at the Catholic University Law School of Rio de Janeiro, where he published *Mercado de Capitais e os Incentivos Fiscais* with Jorge Hilário Gouvêa Vieira and Paulo Fernandes Sá.

Out of all the books and articles written by Trubek about Law and Development, including his 2006 release, *The New Law and Economic Development*, and the short piece entitled "Law and Development" published by the prestigious International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences, the following stand out: "Max Weber on Law and the Rise of Capitalism" (published in Portuguese by *Revista Direito GV* number 5), "Towards a Social Theory of Law" and "Scholars in Self-estrangement", a polemic article which harshly criticizes the movement, published in Portuguese by *Revista Direito GV* number 6. We recommend it as background reading for the interview, as it was used to open the interview, and was referred to by Trubek throughout his interview.

Thirty years have passed between the publication of "Scholars in Self-estrangement" and his 2006 book, without Trubek discussing Law and Development. It was based on our desire to find out why Trubek was broaching the subject again, and the specific reasons for his 2007 visit to Brazil, that we interviewed him. In the company of fourteen other foreign professors, he participated in events in the Getúlio Vargas Foundation in São Paulo and Rio de Janeiro, as well as the Law School at USP, where he briefly mentioned the past, and spent most of his time discussing a field of study he began all those years ago which is undergoing a renaissance.

★ ★ ★

After many years, you are back to Law and Development. In your last article, on the subject, "Scholars in Self-estrangement" (1974)¹², written with Marc Galanter, you made severe critics to this field of studies. The article seemed to declare the field was definitely dead. Why are you back to this subject and why now?

First of all, I must say that the intent of the '74 article was not at all to kill the field. Its intent was to convince people in the field that they had to make it more of an academic project rather than a development assistance project if they

wanted to make it sustainable in American universities. The academic project (and I use the word “project” very carefully because it was not yet a field) of Law and Development in American universities - I think, pretty much in Europe as well - in the 1960's and 1970's, was closely connected to development assistance projects, mostly by foundations (American foundations), and to a much lesser degree by governments, and not at all by the international financial institutions which were not doing anything in the legal area at that time.

So the purpose of the article was to say to people: Look to this as an academic project. It is much too close to foreign aid (what we call foreign aid) and as a result, we are going to pay a price for that. We should be developing the academic theories, studies and research that would give us a firm foundation in the university. That is the first thing that is important to understand: it was not our purpose to kill the field.

Secondly, although the field died shortly thereafter (laughs), we were not necessarily the cause of its death. We may have shot a bullet but actually somebody else killed the field. So, why did the field die? I mean to die as an active activity in American universities and pretty much also in Europe.

You have to understand that there are two different things: one, Law and Development in Brazil is always going on because there is always some relationship between the law and development in Brazil. Whatever they are doing - or not doing - up in the universities of Cambridge, Massachusetts, or at Oxford, lawyers in Brazil will always be asking whether they should change this law or that law and reform Brazilian institutions to promote development.

But when we talk about the field, we really talking about the study of Law and Development in universities in developed countries. That's my concern in the book: the study of Law and Development US and European universities. And that's what happened in the United States in the '70s: this field ended. Why did it end? Well, I think we may have had some minor role at that because we delegitimated a lot of what has been done up until then and we were ready to try to offer alternatives, but the environment changed tremendously. How did it change so dramatically?

First, the funding ended and we did not realize how dependent the academic field has been on the funding from the foundations and from the government. The government did start to fund the study of Law and Development in the late 60's, but all that ended for very complicated reasons: some disillusion with the early projects, because some of the projects had facilitated authoritarian governments not democracy and that was a time of greater concern of human rights. In the United States, there was also a reaction in the universities against

the American foreign policy because of the war in Vietnam and the reaction of students against participation in overseas activities of any kind. The feeling was US had made a terrible mistake in Vietnam.

The field died for many reasons, and I think... Well, it would have died without our article. Anyway, we helped to kill it! There is a criminal law category in the United States where if somebody robs a bank and somebody, let's say, gives the thieves the plans for the bank or the schedule of when the guards change, they can be convicted of something called aiding and abetting. Marc Galanter¹³ and I may have aided and abetted but we weren't the actual murderers of the field, OK (laughter)?

That is the first question: why the field died and what we were trying to do? We were trying to keep it going but we had the unintended consequence of helping it die. Now the second question: why did you return to the field recently? To me personally, I got back involved in this field because it started to revive in American universities and around the world as an academic field in developed country universities. It started to revive and there I was, the famous murderer, but also the founder.

I was supposed to be one of the founders of the field and also someone that was accused of having killed it: I was one of the people that started the whole idea in the 1960's. When the field started to revive, they didn't have any senior people because there was this long period where nothing had happened and nobody had gone into the field and almost nobody in the North had written about developing countries. Then, all of a sudden, the students were interested and younger professors wanted to work in the area. There was old David Trubek and then they said: "We remember him, let's ask what he has to say!" That was one reason why I got back, because people remembered me.

Second, one of the reasons why the field is reviving now is the massive amount of money that was spent on legal reform by foreign aid agencies around the world, both international agencies and bilateral agencies like USAID¹⁴, and Canadian, British, German and Dutch agencies. These agencies created a lot of interest and also created opportunities for people from developed countries to work in developing countries again. There were projects, grants and jobs. I was asked to lead a team of experts to study the prospects for the rule of law in Russia in the early 90's. Not that I knew anything about Russia, but I knew something about foreign aid in law and we hired a lot of Russian experts. So that got me back in a practical manner.

Universities started holding conferences and if you had a conference you had to have me, because after all they were short of names and I also had done this

work for the US government in Russia. That got me back in and as the field has developed, I've just been pulled further and further in. And there is a very interesting fact you don't know about. We decided that we should have a conference on this subject at Harvard. The book we are talking about was actually the result of a conference held at Harvard. A number of papers were commissioned, other people just authored papers. The commissioned papers, which were sort of the keynote papers, were turned into the articles for the book. The conference was very well attended. There must have been one hundred and fifty people there, a sign of the growing interest in the field.

Your book states the Law and Development is an interdisciplinary area of studies that combines elements of Economics, Law and the policies of foreign aid institutions. We wonder if this formulation is not too vague and blurs the specific role of Law and Law scholars in this research effort. Don't you think it is important to think what Law's specific role in this area of studies is, especially if one wants to engage scholars from formalist traditions, who are not capable of interdisciplinary work?

First, I think I have to clarify something. When we speak about the intersection of Law, Economics and agency policies as being what produces the subject matter of this book we are discussing what we call in the book "Law and Development doctrine". This is neither Law nor is it Economics. It's a kind of practice: a practice of foreign aid agencies. In other words, the book is about how people in the foreign aid business in the North think about what they might do in the legal area to pursue development however they define it.

The idea of the three spheres that you are referring to; the intersection of the spheres must be understood as an effort to explain where the ideas come from at different points in time. In the book we focus on two periods or two sets of ideas. The first is the early 60's and the first idea was part of an organized development assistance practice, which was "Law Developmental State", as we called it. And that was, from the early law and development movement, the first time there was self-conscience thinking about that, not about the role of law in economies, but about the relation between Law and Development. If you study theory, you will find people in the nineteenth century talking about that. But this is not our subject in the book.

The role of law in foreign aid by rich countries to poor countries: that is what we are talking about. The book discusses why these ideas have changed, where they came from and whether they make sense or not. The book is not a critique of legal theory, nor is it a critique of economics, it is just a critique of the

ideas embedded in the practices of the institutions, particularly the World Bank, USAID, the German, British, Canadian, French foreign aid programs, and to some degree the Japanese - although the Japanese foreign aid program is very new. The authors in the book didn't really know very much about it. We've learned since then, but that isn't reflected at all in the book. This does not answer your question, but it is important to clarify that.

So, let me go to the question. We are not studying the intellectual field of Law and Development, although that is obviously part of what we are doing, because we are focusing on the way agencies have appropriated ideas from the academy. That is why we think it is so important to include agencies. There are lots of ideas about everything floating around in universities! That is a wonderful thing about universities, but not all the ideas about the relationship between Law and economic development that are floating around in universities around the world get embedded in the policies followed by the World Bank or the US and other governments. One of the things that filters those ideas is the agencies own understanding of their own set of priorities. In this area, what economists think is more important for the agencies than what lawyers think.

One of the reasons why starting in the late 80's and into the 90's and down to today the development agencies have invested so much in Law is that the economists decided in the 80's that Law was important. It had nothing to do with the lawyers. Lawyers know that Law is important, but nobody was listening to them. It was only when the economists, and particularly the economists in the World Bank, decided that this was important that you really got this massive shift and massive practices and investments. That is what we are studying.

I haven't answered you, actually, I did not even get close to your question yet. But anyway, the book is about the practices of agencies and the ideas of people who are giving out money and making great grants and trying to change national policies and so on. Where these ideas come from, and particularly these ideas, is what the book is about. The book itself is part of an academic field in which the authors are not being hired by the World Bank. It is extremely critical of the Bank's approach, at least part of it..

Then you have to ask yourself a question: What about the academic field itself? Because the field is about how Law affects the economy or as it is broadened out to affect the social relations and broader issues that the economics does not deal with. It is hard to imagine that you can really function effectively as a lawyer in this field if you are not at least aware of or able to discuss things with people from these other disciplines. So while there is certainly a role for lawyers and you do not have to be a trained economist, sociologist, or anthropologist to

research in the area. But lawyers do have to be able to converse with these people, to understand their arguments and to integrate their thinking with ideas that come from these other disciplines.

So the answer to your question is that people doing research with and writing and theorizing about these issues in the academy have to go beyond formalism. Formalism becomes one of the topics to be studied, not the tool of study. Is formalism, a good idea, a bad idea, does it actually make any sense, does law really work the way formalism describes it? Is formalism a theory that actually hides what is really happening and what really makes a decision? Is it formalist reasoning a good thing for development or a bad thing?

There is a theme in this book and a theme in the field about formalism. There is a lot of debate on it. In order to understand that debate you have to go back into history. Law and Development as an academic field in the North started as antiformalist. It was a field that said that formalism is an obstacle to development. Remember, when I use the term Law and Development I am now either talking about an academic field in the north or the practices of agencies and the interrelationship between them.

Why is formalism an obstacle to development? The purpose of Law and Development should be to create legal rules that facilitate economic policies. We assumed the economic policies are good and the legal rules should facilitate them. Formalism reasoning gets in the way because the formalist thinking is not purposeful, it does not look at purpose; it does not look at effects. But to frame laws and administer laws in a way that would foster the economic goals of development policy you need purposeful instrumental way of thinking about law and those legal cultures that are highly formalist are a barrier to development.

That is the early idea about formalism when we were focusing basically on strengthening the state as a tool to change the society and thus to bring around development. That was the focus of the field: State-led development theory. Let's now fast-forward to the early 90's when the neo-liberal vision of Law and Development emerges. This is a vision that said, "not only is the State not a tool for development, it itself is a problem to development. We have to limit the role of State because with the State getting in the way, it is messing up the economy, it is fostering inefficient practices, corruption, rent-seeking, all these things". So, now the Law and Development ideas - we call it the second moment in the book - were ideas to constrain State and some people thought that formalist reasoning by Judges would make it easier to constrain the activity of the State.

All of a sudden formalism, which was thought of as a bad thing in the first Law and Development movement, was a good thing. Suddenly some people,

particularly economists who don't understand anything about legal theory, thought that maybe formalism was not the problem but the solution. Then formalism becomes, in a way, a part of the development assistance vision of the times, and of course there are always plenty of law professors who think formalism is the right answer to everything.

Going back to your question, what I'm trying to point out is that formalism is something you study when you are studying Law and Development. It's a variable ast to be explored. When you are studying formalism as a variable in order to measure whether more formalism or less formalism is good for the Brazilian economy or the Chinese economy you realize you are in an interdisciplinary world and not in the world of formalism, because you are looking ato formalism from the outside. A sociologist of religion does not have to believe in "iemanjá"¹⁵ to study Afro-Brazilian religions. He knows that "iemanjá" is important, but he don't have to believe in it.

Your book points to a gap between academic studies on Law and Development and policies. In a very bitter tone, you say that in the early 90's you talked to managers of USAID and felt like they learned nothing from past experiences. What explains this gap? Is the Academy doing something wrong? Is the role of the Academy to provide theories to agencies like World Bank and others?

First thing, you have to realize that the academy has been extremely influential in shaping a lot of current thought, but who is responsible for this is not of the legal Academy. Some of the most influential work about the role of Law and Development - influential work in the sense that it had influence on the World Bank and other agencies - has been done by economists who know nothing about Law and who have written studies that proved what they wanted to prove, and the World Bank, which wanted to hear exactly what they said, has accepted it.

Alvaro Santos wrote a chapter in the book about the "Doing Business Project"¹⁶, which is a study of the area where theories of economics, without any influence, any involvement of lawyers, have had direct influence on the bank. "The Bank" means The World Bank, OK? When you want to refer to The World Bank in this field, you do not say "The World Bank", you say "The Bank". If somebody says "The World Bank" you are not sure whether he is an insider of "The Club". "The Club", right? (laughter)

The Bank watches a lot of these ideas that have been pushed by these economists who have come up with these ideas using quantitative data, cross-country, cross-national quantitative studies based on extremely weak empirical

foundations. They have come up with conclusions that seem to justify an extreme neo-liberal approach to economic development.

I am not saying the Academy has had no influence: it had a big influence, but it hasn't been the people who do Law and Development that have come out of law schools. What has come out of law schools so far is primarily critique. There are two lines of critique, one you mentioned, which is critique based on empirical knowledge. There has been a number of studies by people who are trained to do social science research, but who also are lawyers and know about legal systems, who studied how some of the reforms work. Actually, they didn't work when you look closer and go into the details... Anyway, that is one line of critique. There is also critique based on theory. Guess which category our book fits in?

Universities have so far primarily engaged in critique but also provided people to work in the projects. Because people have been working in the projects, a new generation of people in the North has gained experience about legal systems in the South. So, whatever you can think of these practices and this wave of investment that we've seen over the last fifteen years, they at least had the effect of bringing a new generation of legal scholars as well as social scientists into thinking about the interaction between Law and economic development. As to the academy, there has been relatively little work in the academy that you could say was putting forward clear alternative strategies to replace the strategies that are being criticized, either from a theoretical point of view, or based on the fact that they don't work.

The book criticizes “one size fits all” policies developed by some agencies and stresses the importance of local participation of scholars and government agents in development policies to avoid ethnocentric approaches. The problem is: from an operational point of view, is it possible to do so? Do agencies have human resources and the proper understanding of the many local peculiarities to operate like that? Considering that agencies have to work with so many countries and their peculiar realities, can they operate without “one-size-fits-all” programs?

This is a good question. One of the reasons why it's hard to criticize; one of the reasons why I think the agencies have been quite resistant to a lot of the critiques is because the agencies, for their own internal bureaucratic purposes, need simple ideas and universal formulas. If you are at World Bank ... now I can use the word “World”! (laughter). If you're just a bank, what do you know? You are just a bank, somebody wants to borrow money to, for example, grow peanuts or export airplanes. You need just to look and see, “will it make money?” or

“will it work?” You don’t pretend that you know more than they do about growing peanuts or exporting airplanes or whatever it is that they want the money for. You just have to figure out whether they know what they are doing.

But if you are at the World Bank your job is to correct bad policies - don’t forget that the Bank is more important or at least as important as a source of ideas about policy as it is as a source of money. If you look to the amount of money that the Bank loans, particularly to the advanced developing countries like Brazil, India, China, Russia and so forth, BRIC countries¹⁷, it is a very small portion of the actual foreign capital that flows into these countries. As it has become increasingly small part of the total, there are people who say: “forget this, this is ridiculous”. There is active debating about whether the World Bank is necessary for countries like Brazil and maybe it should only deal with the really poor countries. It would then only give grants, because they can not pay for the loans back anyway.

But one has to see the World Bank and other agencies as sources of ideas and policy change as much as financial institutions and the Bank of course has a huge staff and a huge number of researchers. They have dozens of people who do nothing else but study the relations between Law and Development. If you ask me where there is research going on Law and Development, a lot of it is going on in the Bank. Now, within the Bank there are very different views and that’s what Alvaro is trying to bring out in his article, that there are different views based on different kinds of research.

The Bank itself is an academic project as well as a source of money. Of course they tie their money to their ideas and that is how they really get their influence. But if you are an agency like this, think of the difficulty: there are 190 countries in the UN¹⁸ or something like that, and there are 30 OECD¹⁹ countries. So, if you take the OECD countries out and maybe a couple more, then there are 130 or 140 countries that you could deal with if you were the World Bank, right? So, could you have 140 different plans for Law and Development? Think of the bureaucratic cost involved. And of course you couldn’t fly into the countries and stay at good hotels as they do, and say, “Now, here’s what you have to do”, because what do you know?

You just came from India and you are in Russia and you are going to go to South Africa, and from there to Argentina and you’d have to tell them what to do, because that is what you get paid to do, right? You are a person who knows more than they do and so they do what you tell them to do with all this money you give them. So it is very difficult for a bureaucracy like this to accept the “maybe you don’t really know what you are talking about” theory (laughter). So when it

is the academic who says “maybe you don’t know everything you are talking about” they don’t greet it with great joy. Or, if the academic say, “No, there’s no general rules. No, you can’t possibly know in advance. No, you can’t know it unless you spend a few years in the country.” Then they say, “We can’t do that, forget it”. If they admit it, they wouldn’t be able to stay in the five-star hotels and fly home to their wife and family or husband and family in Washington.

There is tension around a lot of the ideas that have been coming out of the academy. The economics academy is closer to what the Bank’s policy is. And of course the lawyers and the economists in the academy don’t talk to each other because of the ideological gap between them: the strong neoliberalism embedded in the economics profession and the, let’s say, “vague social democratic maybe you should be nicer to the poor” kind of position, common among the lawyers (laughter). The answer is: there is a real dilemma to get the ideas accepted. Even if the ideas of context, no grand formulas, no uniform idea is a correct idea, it would be very difficult to get it opted as a practice.

How do you see the relationship between The Bank, international elites and local elites? Can local participation in the implementation of development policies overcome the alliance between local and international elites, an alliance that is in part responsible for the political and economic models that perpetuate an unequal distribution of power and money in the periphery?

Well, that is a tough one. I put a lot of stress on local participation and what they call “stakeholder participation”²⁰ and one of the reasons for this is the lack of confidence in the knowledge embedded in these Northern institutions. In other words, what we have done is critique. I think the people in the development business at some level understand this critique, because they go around to these countries and they actually engage with these countries. Even though they may spend a lot of time in five-star hotels and go to the local equivalent of the “Jockey Club” or whatever to have lunch with the Supreme Court judge, Minister of Justice and all that, and not exactly go down and talk to people in the “favelas”, they understand that there is a tension between their uniform formula and the peculiarities of any country.

They are not unaware of this. It is just that they don’t know what to do about it, because it is a threat to their understanding of their identity, expertise and role. There is an awareness of this problem and that is why I think you see creeping-in now at the Bank and in these agencies the emergence of this whole idea about stakeholder participation. Because there is recognition that you cannot just fly

around the world to understand everything and tell people what to do. There's a knowledge dimension. If you try to break down the forces underlying this movement toward what I call stakeholder participation in development - and it is certainly not an idea of the legal field alone, indeed it is much more developed in other areas of foreign aid practice - there is a democratic legitimacy issue, there is a knowledge issue, and what we are calling the circulation of the elites issue.

But the circulation of elites issue which is what you are pointing to is the least strong aspect of this subject. The people who are running these institutions in developing countries, or are affected by them, either they know what is wrong and they have the knowledge not only of what is wrong but how to fix it, or maybe they don't quite know what is wrong and we can help them see what is wrong. But they are in a better position than we external actors are to figure out how to fix it because they know all the barriers and who has to be bought off. I don't mean bought off with bribe, I mean, to have their interest taken into account.

There is also the democratic legitimacy problem raised by the really active set of NGOs²¹ that criticizes the development policy and the way it has been enacted. The NGOs have strongly criticized the kind of "technocratic experts-lunch at the Jockey Club" policies. That critique has a get-beyond-the-elite dimension. In other words, those ideas press for a wider view of who you should be bringing in.

The idea of the circulation of elites is the most difficult one: if the elites are the problem, not the solution, you have to get rid of them or at least get beyond them, or weaken them, or transform them, or have what we call in America "regime-change". This is the most dangerous part of the idea and also unfortunately, as you pointed out, maybe sometimes the most important because sometimes the elites maintain a regime that is a link in a system of domestic and international hegemony. In a situation like that, just working with the elite is not going to solve the problem; it is going to aggravate it. This is now one of the big issues on the table.

Kerry Rittich's chapter in the book²² says that a lot of this talk about participation by the Bank, which is part of the comprehensive development strategy that she talks about, is window-dressing to defend the Bank against critiques from the left. They don't really mean it, because it is very, very dangerous and very difficult to make it work.

The Bank is still a Bank, so they do have to move the money. One of the interesting things about the banks is that they have to move the money, otherwise, what are they there for? If you run up against the situation in which the elites are really resistant to true change but they want to borrow the money you are in a tension with your role. I think there are inherent conflicts in the role of the

Bank that has to act, on one hand as purveyor, a developer of ideas and, on the other hand, as a lender of money.

Take the OECD for example. The OECD is just a purveyor of ideas and a networking institution for sharing information and ideas among the thirty most developed countries and so. The Bank has an element of that, but not only. The OECD only has a stake in the ideas, but the Bank has to both promote ideas and lend money. When the countries don't want to accept the money and the ideas, there is tension and I think that comes into it.

The neo-liberal version of Law and Development identifies development with economic growth. In the period referred in the book as the Third Moment of Law and Development, this concept has expanded to include other goals such as justice and distribution. The concept of development has, therefore, changed over time. The current mainstream concept of development differs from your own?

The idea of a third moment is not very clear to me, though I wrote about it. There's really only two clear moments, or actually three: there have been three moments if we count as second "law and socialism", which the book does not really emphasize, except in Scott Newton's chapter²³. We didn't put much emphasis on it because in the United States it really wasn't a very robust idea. But it was a big deal in England and Scott writes about the English Law and Development movement of the 70's. There were then a lot of socialist ideas, there was a Law and Development project connected to the Allende²⁴ government and there was a lot of writing about socialism.

What I call in the book the third moment, you could call the fourth moment if you add socialism. It isn't really a moment, it is a kind of misnomer, because we used the term "moment" to refer to something crystallized, relatively consensual, broadly accepted, with a relatively strong core of robust ideas that were widely held. This doesn't exist today. I think that we are in a period of worrying things and conflicting ideas. You could tease out out a post-neoliberal moment. You could argue that the establishment, the world economic policy establishment that comes up with the ideas – and sure there is such a thing – has accepted this broader view of development: stakeholder participation and the need for a more important role of the State than the neoliberalism called for.

You could make that argument, but you can also find people who are unreconstructed neoliberals who still have a lot of influence. For example: the Doing Business project. If you really want to see where neoliberalism takes you, go on the World Bank website and study the "Doing Business" projects. It

will take you two hours to understand the whole thing, as they have an excellent website.

There it is, there it is! They have an excellent website! Critics do not have a Law and Development website that boils everything down to eight simple rules and supports it by quantitative studies in a hundred countries with beautiful charts that show the correlation between doing what the World Bank wants you to do and rates of economic growth. Could anybody resist it? That's the Bank as a purveyor of policy ideas and they are very powerful. So there is the idea of what pure unreconstructed neoliberalism means, while you got other parts of The Bank going on about other studies and other things and helping women and directing probably a deviation and blah, blah, blah. We are in a period of great flux. The current moment shouldn't be called a moment in the way that we used it before. Does that answer your question? Or is there something more to your question that I got wrapped up in my own rhetoric?

Well, the main point of the question was to know if you have a personal concept of development. You said there is not exactly a "third moment"...

You can say some ideas have been widely accepted by everybody, but there are new ideas that come on. The difference is that within the official world there are these competing post-neoliberal ideas that are accepted by some groups sometimes, in some parts of the sort of international establishment which you couldn't have said ten years ago. So, that is the difference. But it has not become the official dogma. No Pope is handing out goals, saying "you must believe this".

Based on past experiences, the book shows how ethnocentric the concept of development can be. Have there been progress regarding this issue? The current concepts of development are less ethnocentric than the former ones?

As I just said, there is no single concept. Some ideas that stress more contextual thinking, more stakeholder participation, more bottom-up development and policies are by definition less ethnocentric. In the present moment you can find theories that are less ethnocentric than the older theories, you can find people who are less ethnocentric, you can find agencies and practices of the people with money who are less ethnocentric and you can find plenty of ideas that are ethnocentric. This takes us back to where you get the ideas about Law and Development from.

You are sitting there and this rich country is developed and you are saying, 'OK, well, somebody knows how to do it...'. We used to think that way: we thought we had the answer to development when I was a boy, when I was your age or a little older. I entered into this business right after Law School. I've started

in Law and Development one year after I graduated from Law School as a lawyer helping development agencies. Initially, my job was not to change legal systems but to negotiate loans. I negotiated the loan for the distribution of electricity in Sao Paulo - so you are all beneficiaries of my work with the "Sao Paulo Light".²⁵ They were called "the Light". You've heard of "the Light", haven't you?

Yes, and we want to thank you for that. Thank you, Prof. Trubek!
(laughter)

It was a big loan, it was fifty million dollars for Rio de Janeiro and Sao Paulo in 1966, I guess. That's a loan of four hundred million dollars in today's dollars, maybe more. It was a big loan. You wouldn't be able to study at night without the loan (laughter).

Going back to the question, where would you get the ideas for Law and Development from? We said, well, here are the rich countries, they have Law and here are the poor countries, they have a different kind of law, so... Aha! The answer is, we just take the legal ideas and legal institutions from the rich countries, put them in boxes and ship them, just like we would send generators and road building equipment. We didn't have computers in those days, but if we had them we would have sent you computers. In fact, nowadays we send computers.

This ethnocentricity was a reaction to a complete intellectual vacuum. When people started this they had an instinct that they could make a difference and they had an instinct that changed when needed. But they didn't know what to do and, of course, they talked about playing into the sensitivities of the elites. Do you know the expression "comprador-elite"? That is an expression out of dependency theories. "Compradores" in China were the negotiators and the middlemen between the Chinese Empire and the Western imperialism in the nineteenth century. This term was picked-up by dependency theory to refer to elites in countries whose loyalties are actually to the world system and who mediate between the interest of global capital and the national.

The "comprador-elite" liked the idea of modernization; they built opera-houses for example... I always thought that one of the great symbols of this kind of behavior among the Brazilian elite was the fact that rich women in Rio wore furs to the opera. There is no time of the year when you should wear fur in Rio, but they wear furs to the opera in Paris and the Rio opera-house is a copy of Paris' opera-house. If you have an opera-house, you have to wear fur and you have to have French, Italian, German, and, later, American legal institutions.

That's the complicity of the exporters and the importers. The importation of what looked like the latest modern legal ideas strengthened the hold of the elite

as long as they didn't really bring about the changes that the exporters wanted to bring about. The exporters were not really supportive of this kind of elite domination, at least the technical people weren't. Maybe it was not so among the cynical, the political types. That was a complex game and so it worked for everybody. We thought we knew what the answers were and they knew that they could import these institutions. Just as the furs really weren't necessary, the institutions probably really weren't necessary and maybe nothing much would happen, but everybody would feel that something was going on and they would feel more important and would get trips to Paris or to England.

Do you think a procedural approach to Law can be useful to discuss the institutional organization of development agencies? Does it make sense to you to defend the construction of procedures able to hear as many voices as possible to define the development agenda?

I thought you would ask a different question, so I'll first answer the question you actually asked and then I'll answer the question I thought you were going to ask. Actually, we already talked about the question as you framed it. You don't need a reference to the procedural theory of law because we already have the governance agenda and the application of the new governance agenda to legal projects. This is the official doctrine of the Bank. The whole idea of stakeholder participation is a procedural idea. It is an idea that is closely related to the ideas in the procedural project of law, but it doesn't come from legal theory, it comes from a general debate on public administration or any other point of view which stresses that expertise is never sufficient to design new institutions and resolve complicated social projects.

Expertise maybe valuable, but the knowledge is embedded in the participant. The participant in these projects is a stakeholder. They have the knowledge about how things work. Maybe they are caught in what the economists call "low-level-equilibrium-traps" and they can't see their way out, but they do understand the problems and maybe... Your new minister of long term planning, Roberto Mangabeira Unger²⁶, has written about something called destabilization rights. He talks a lot about destabilization rights because he sees the importance of shaking up the established system in order to unleash more democratic and bottom-up potential. I think that you can see a role for the outsider in doing that.

The stakeholder idea and the participatory ideas in the shaking-up the people and then drawing new ideas from the bottom-up: you don't need Günther Teubner²⁷ to get that in the World Bank, right? (laughter). Indeed, probably it would be better not to even mention these theories because they get

confused. It would be better to talk about more commonly and more easily accessible notions.

The question you asked in the end really is: “could these ideas be developed?” Yes, of course, because the germs are already there in the so called governance agenda. In this new moment that’s one of the things that could be pushed, whether you call it procedural vision or not: you don’t have to use that term.

One could also have a procedural vision and stakeholder participation in top-down regulations. Is what we really need an antitrust law that is administered by a small bureaucracy in Brasilia that will rigorously apply high detailed and highly specific rules, but that reaches that consensus by consulting everybody who might be involved? Is what we need an environmental law that has extremely detailed and highly specific regulatory provisions enforced by a large bureaucracy? In other words, you could use participatory methods to arrive at a non-participatory vision of law, a non-procedural vision of Law.

That’s why there are two different questions. If you are asking the question that I thought you were going to ask, which is, “What are the developments of Law and Development ideas, whether they are from the left or the center?”, “Why have they paid no attention to the procedural turn in Legal Theory?”. That’s another interesting question. Both are interesting questions and the answer to that question is the following: Because they are extremely contested ideas in the centers of legal thought in the north, they don’t travel. They are like fine wine, they don’t travel very well. Only when ideas become more or less accepted it is easy for them to travel.

Another reason is that the whole development mentality is outmoded, too traditional. We have to change it and there’s a “we” and there’s a “change agent” and there’s a “vision”. The problem is that we’ve tried to delegitimize some ideas but the people who’ve been involved in delegitimizing the “ethnocentric cut down one-size-fits-all copies of the legal institutions of the North” are not necessarily sympathetic to the procedural new governance.

These people have a social-democratic vision and they are on the side of people who are very nervous about all this procedural move, because they think it may be a covert form of deregulation of the regulatory and welfare state in the North. I think that is why you don’t see the articulation, the combination of these two ideas, although you could easily look at some of these ideas about stakeholder participation and the new governance agenda and say: “Oh! This really is very similar to proceduralism in law!” But a lot of these connections haven’t been made.

What moves you in the personal level in this engagement with Law and Development issues?

Frequent flyer-miles! (laughter). I'm just teasing you. Go ahead!

We wanted to know if you have a personal normative agenda; a set of beliefs that motivates you...

I'm going to answer it a little bit differently. I don't want to get too much into that issue. I'll tell you why I think I keep doing it, other than to earn frequent-flyer miles...

Well...OK, I'll give you an honest answer. Honestly I do it in part because people want to talk about it and I happen to have something to say about it. When you feel you have something to say and you've done some work and you thought about an issue and there are people who want to learn what you have to offer, it doesn't matter what the topic is, you'll find out very gratifying at some point to talk about it.

Why did I get into this and why do I still think that? Despite all the critiques, people like me believed in something. When we started out Law and Development in the sixties, it wasn't really a field. It was created by lawyers initially, who believed that development was a cause. It did not matter it wasn't a way to make money and it certainly wasn't a way to have a fancy career. Nobody in right mind would go into it... I remember when I told the people about the choice between taking a job, accepting a Wall Street offer and going to work for the U.S. government's foreign aid program. People said "You are out of your mind! It's crazy, go to work for the Wall Street firm!" But it wasn't about money or a career; it was about the way you did a career.

I had turned down an offer from a firm called Covington & Burling and a well known firm called Cravath, Swaine & Moore. A partner in Cravath, Swaine & Moore makes about a million dollars per year and a Law professor in a modest law school makes one hundred and fifty thousand per year. There is quite a difference there. People who work in development agencies make even less than that. So, there are two different careers there. I didn't know this when I was twenty-four, twenty-five. It turns out that, retrospectively, there were two careers there and people who knew it said "Don't give up the corporate legal, you can always move the other way, but once you are into this development work you never get back into Corporate Law" and I said "That'll be OK", although I didn't know that at the time.

I went into it because I thought of that element, the cause: to free people from oppression and tyranny. There was an anticommunist feature to the 60's

development project. The initial Law and Development Project was created as an alternative to Socialism; as an alternative to communism in a time when the United States and Western Europe was worried about the Soviet takeover of the Third World and later the Chinese.

We thought the risk was authoritarianism of the left. It turned out that the real risk was authoritarianism of the right. But we were very young and naive and didn't really see that. We wanted to fight against the authoritarianism; we wanted to do something about the unequal allocation of resources in the world's economies. We didn't use the word "efficiency" those days. That was not a common term but we certainly knew what it meant. We thought that efficiency was the way to get there. We also thought that a rapid economic growth would itself contribute to political liberalization.

I know you look at me thinking: "How could you be such an idiot!" (laughter) But we did actually think this. And we actually thought that if we could get Latin American law schools to be more like Yale Law School that actually would contribute to development. These were genuinely held ideas. But it was also a cause; it was a cause and the ultimate cause was equality and liberty. There was no question it was an emancipatory vision and people who did it, whether they fully understood it or not, gave up lucrative careers. As an academic move, it was a terrible mistake for people to have gone into this field in the 60's because you ended up being a leader of a collapsed field and that isn't exactly too good for your career, except maybe thirty years later when people say, "Oh, you are the guy that killed the field... I know you, I remember you!" (laughter).

Development was a cause and it was an emancipatory cause. We thought that the export of western legal institutions was a liberating move. We thought that foreign aid was an altruistic enterprise. We thought that economic growth by itself would lead to Democracy, so one could focus on growth and not worry about politics because the politics would take care of itself. I am not saying that anybody sat down and wrote articles that said that. It was an explanation for the practice which was to focus on the Economy and not worry about human rights or Democracy.

That was the initial vision. Then we go through this period of great learning and learned that foreign aid could be a real demonic tool. We learned western legal institutions could be imported and yet contribute to oppression and the strengthening of authoritarianism rather than liberty. We learned that the very idea of exporting legal institutions from advanced countries could itself be part of the maintenance of the elite and domination. We learned the dark side of Law and Development and that lead to the critiques.

I myself confess that even when I went back and read the 74' article it it's hard to see what the article is saying. Something as: "We have to go back to the most basic ideas and continue the practice, but to do it in a way that doesn't make all these mistakes". Because, of course, we didn't know how to avoid these mistakes at that time, there was just a sort of hope...

We were then much more conscious of the critique. We absorbed all the critique and the question was: What do we do now? Do we continue this? Or, should we go out of this business and take up golf? (laughter) Then you could fly to golf courses in a lot of countries and get your frequent flyer-miles! (laughter) There are other ways to get miles and even stay in fancy hotels! (laughter)

But I think one of the most difficult missions today and that is going to be what this group of people who wrote "The New Law and Development" want, is to find is a positive practice. Almost all of them are here in Brazil this month. Frankly, I'm not sure they are going to find what they are looking for because I think it is really difficult and it takes more than foreign aid to develop a country, even Brazil. In Brazil you could do it in less time than a lot of places, but there are all these distractions, like the beach in Rio de Janeiro and all the problems that... (laughter) Anyway, we will see how it works and then learn a little. But I think that there's a genuine effort to maintain this emancipatory vision after the critique.

That's very difficult and I think that moving away from one-size-fits-all and moving towards stakeholder participation and a more procedural vision; recognizing the problem of the elites and being able to try to figure out how you can get beyond the elite; understanding that maybe there is a role for external intervention as long as it isn't arrogant, as long as it isn't top-down, as long as it isn't there to tell people what to do, but to help the people to figure out what they want to do, maybe it can play a role as a destabilization factor. But it can't play a role as the final definition of what is to be done. This group is here trying to search for ways to continue an emancipatory practice. This group here is struggling with it because of all the good that comes from this vision. That's the answer to your question.

You have always had an active role in the law and development movement as well as contact with development agencies. Are you satisfied with your personal work and influence up till now?

Yes. What is the next question? (laughter)

OK. That is a perfect good answer! (laughter)

Wait, wait! I will answer that... Influence on the agencies, very little, disappointing. Influence in the academy, very satisfying. Will the academy eventually have more influence on the agencies? Hopefully, but too early to say. But I'm very pleased with the fact that there is so much interest now in the critique, but also in going beyond it and trying to use the critique to frame new practices. I'm not a believer in critique-is-enough.

There are people who say your job isn't to worry where you go from critique, but I'm too much of an old fashioned sort of social reformer to accept that. I want to go beyond the critique to frame new practices. But that is a very difficult thing and, because we are believers in proceduralism and stakeholder participation, it requires the construction of new institutions. It isn't something that someone has dreamed up sitting in a library in Paris or London or New York or Madison, Wisconsin. It's got to be something that emerges from networks of people who are coming from different points of view but are engaging.

The creation of these networks is a very promising thing. One of the things I've been really pushing lately is that one of the flaws in the contemporary moment of Law and Development, as well as in all periods, is the lack of any empirical information about how legal systems actually work and how the reforms have worked. There is very little research. This is a kind of research that Law professors, whether they are purposeful or formalist, whether they are legal realist or post-legal realist or pre-legal realist (laughter), don't know how to. They are not trained to do studies of how Law works. That isn't really a legal skill, it is an interdisciplinary skill.

But there is a worldwide movement devoted to supporting and encouraging that kind of interdisciplinary activity and that gives us some insight into how things work and don't work in the Law from the bottom up. In the United States we call it "The Law and Society Movement" and other countries just call it "Socio-Legal Studies". We are having a big meeting in Berlin²⁸ this summer of people who work in all aspects of Socio-Legal Studies, not just development. I'm very gratified to see that there are a lot of people both from the North and the South who are giving papers on the study of law in developing countries or efforts to reform law in developing countries or foreign aid; all these issues that we've been talking about. There is now a smaller growing community of people who are both interested in this and have the capacity to study what's actually happening empirically on the ground.

Sixty-eight people from Brazil submitted papers for this conference. They won't all make it, they won't all be able to come because a lot of people submitted papers and are looking for the money to cover travel costs and the Euro is very strong. But

I'm sure that thirty or forty people from Brazil will show up. People from seventy countries will be there. A third of the people are from North America, a third from Europe, but a third is coming from the developing countries including thirty-five from South Africa and thirty-one from China.

You can't tell who's going to come until they actually show up. I get these letters, very sad letters, from people like students in India who submitted saying things like: "I received a letter saying my paper has been accepted, how do I apply for the travel money?" We did raise one hundred and sixty thousand dollars to bring some scholars from developing countries, but that doesn't go that far when you are talking about 2,800 people who applied...

I'm now engaged in a big project my university is starting that will encourage the development of these empirical skills and the application to issues that are relevant to the whole Law and Development agenda. We have just hired people who work on Latin America, Middle East, Russia, China and Africa. We have probably the largest group of people who are interdisciplinary Law and Society/Socio-Legal scholars who work on developing countries law. I think that's a very promising development and I've been working very hard to help get that project off the ground.

You wrote an important article on Max Weber in '72, "Max Weber on Law and the Rise of Capitalism" that is clearly an effort to give theoretical consistency to Law and Development. Does Max Weber still have a role today in this field?

There has been a renewed interest in Max Weber, but it's been more used as a debunking tool. There's a very important article that I recommend to you by Chantal Thomas²⁹. It's about the use and misuse of Max Weber's theories of Law and Development by American legal intellectuals in the 1960's and the 1970's. What she has done is latch into a new wave of scholarship about Max Weber. The article is not just about Law, but about general scholarship on Max Weber. She uses this to critique the work that was done by American sociologists ostensibly based on Weber, about modernization. This happened in the United States and in other parts of the world, but it's a very American project. Something called Modernization Theory. Modernization Theory was an effort by American social-scientists to explain why some countries are rich and others are poor and what was to be done about it.

Guess what's to be done about it? It was to have the institutions of developed countries! Now guess what one area of institution form it was supposed to be? Law! This was a very widespread theoretical project very much supported by the

American establishment. Notice it was congruent with American foreign policy. The great sort of guru, one the leading thinkers and whose work was extremely influential was the sociologist Talcott Parsons³⁰, who was one of the big figures in the history of American sociology. His work was picked up by the particular work on economic development, administrative development and political development. Modernization Theory was offered as sort of a grand theory of social change and as an alternative to socialism. After all, the theory was about “why some countries are poor and what is to be done about it.”

The answer in the socialist theory was not to copy Yale Law School, I can assure you, while Modernization Theory led inevitably to that conclusion. Parsons had based his theory on what he claimed to be his reading of Weber. But his reading was very American; a sort of optimistic liberal way of looking at the world, which also happens to be a very good ideology for an incipient empire.

Weber was a very dark person who thought that capitalism and what we call Modernity were deeply, deeply flawed projects. And we have this American who simplifies Weber and finds, reading into him, that sort of ethnocentric project that Chantal Thomas is picking up on. Then the lawyers picked it up ... I ran a project for five to six years called “The Yale Programme in Law and Modernization”, no accident. I actually teach a course today called “Law and Modernization in the Developing World”. The only reason we still have this stupid title is that in the Wisconsin bureaucracy it is very hard to change the name of the course. Believe it or not, you have to go through a whole university, a university committee, to change the name of the course so, I haven’t bothered to change the name.

Law and Modernization was the idea then. When we were trying to develop the early Law and Development, what you can call “Law and Development Theory” we were studying this Modernization literature. We thought we had to fit into this literature because this was the master narrative of the American Liberal Academy of the 60’s. There was Modernization Theory and Stages of Economic Growth by Rostow³¹. These two ideas came together and Law and Development was framed in that particular intellectual universe as well as in the anticommunist cold-war universe of American foreign policy and the Alliance for Progress.³²

What has happened now is not that anyone is necessarily looking back on Weber as having the answer, but as seeing that he didn’t have the answer and that the answers the people have found in him are questionable interpretations of his work. Duncan Kennedy³³, one of the authors in the book, has written an absolutely brilliant article³⁴ explaining the darker side of Weber. Weber

*understood the critique of formalism as well as anybody in his time. The critique of formalism had started in Germany about the time that Weber was writing his sociology book.*³⁵

Duncan's article is absolutely brilliant. If you are interested in Weber and the Law it is a must-read. It was published in a book that I edited but is more easily accessible in the Hastings Law Review that you can get online. I just want to say this: do you realize the difference between your studying and thinking and what was like to be law student in Brazil thirty years ago when I first met Roberto Mangabeira Unger, when he was going to law school in Rio de Janeiro? He actually had at home - I don't know how he did it as a law student - a set of Harvard Law Review going back twenty or thirty years, as well as a many of the great treatises of Europe in Legal Theory. But your average law student couldn't find out anything, right? One couldn't find any information about what was going outside Brazil, except at great effort. And now you just sit at home in your pajamas, get online and can access everything published in the United States law reviews since 1845.

I had an incredible experience. My grandfather was chemist who came from Russia in 1890's and before I was born. I never really knew him and my father had very bad relations with his father so we didn't talk about him very much.

One of my daughters, an academic, was "googling" herself... That's one of the things you get for being academic, you can google yourself and get all this wonderful things and also get anxious because not enough people are quoting you. She googled herself and she found online an article that my grandfather published in 1896. They are now online! Isn't that an incredible thing? Just sitting in her pajamas in Ohio...

I think the possibility for a genuine North-South dialogue has been substantially increased over the last twenty years by virtue of the improvement of legal education in places like FGV. It is hardly universal throughout Brazil or Latin America, but still, there are a number of promising possibilities raised by the information technology and the tremendous reduction of communication costs.

When I was at the US Embassy in Rio in the 60's you could not easily make a telephone call. It was a big project. We had cables because we had the whole United States government behind us, but nobody else had that. The fact that when I said, "you don't need Teubner" and you laughed means that you knew what I was saying. That's another sign of incredible sophistication that you wouldn't just have seen anywhere thirty years ago. The possibility of a genuine dialogue rather than this one-way traffic that we found ourselves promoting initially on this issue has at least been materially enhanced.

NOTES

- 1 *Søren Kierkegaard, O Conceito de Ironia, São Paulo, Vozes, 1991.*
- 2 “Max Weber on Law and the Rise of Capitalism”, *Revista Direito GV* 5, t.3 v.1, pp. 151-186, 2007; published originally in the *Wisconsin Law Review*, 1972(3):720-753.
- 3 *Tori Moi, Sexual/Textual Politics, London/New York, Methuen, 1985, p. 40.*
- 4 *Mikhail Bakhtin, Speech Genres and Other Later Essays, Austin, University of Texas Press, 1986, p.132.*
- 5 *Sigmund Freud, Jokes and Their Relation To The Unconscious, London, Penguin Books, 1976.*
- 6 *Marc Galanter; David Trubek, “Scholars in Self Estrangement”, 1974: 4 Wisconsin Law Review 1062, translated in this edition of Revista Direito GV*
- 7 *The New Law and Economic Development: A Critical Appraisal (2006): edited with Álvaro Santos, Max Weber at the Millennium: Economy and Society for the 21st Century (2005): co-editor with Charles Camic and Philip Gorski, and Governing Work and Welfare in a New Economy: European and American Experiments (2003): edited with Jonathan Zeitlin.*
- 8 *International Institute for the Sociology of Law, in Onati.*
- 9 *European University Institute, in Florença.*
- 10 *US Court of Appeals, 2nd circuit.*
- 11 *for more see James A. Gardner, Legal Imperialism. American Lawyers and Foreign Aid in Latin America, Madison: University of Wisconsin Press, 1980.*
- 12 *David Trubek; Marc Galanter, “Scholars in Self-Estrangement: Some Reflections on the Crisis in Law and Development Studies in the United States”, Wisconsin Law Review, 1062 (1974).*
- 13 *Marc Galanter is John and Rylla Bosshard Professor of Law and Professor of South Asian Studies at the University of Winsconsin Law School.*
- 14 *United States Agency for International Development.*
- 15 *An Orisha prominent in many Afro-American religions, originally from Yoruba religion.*

16 Alvaro Santos, "The World Bank's uses of the "Rule of Law" promise in Economic Development". In: Trubek, David M., Santos, Alvaro. *"The new Law and Economic Development. A Critical Appraisal"*. Cambridge: 2006, p. 253-300.

17 BRIC is a term used to refer jointly to Brazil, Russia, India, and China.

18 The United Nations.

19 The Organization for Economic Co-operation and Development.

20 People interested in a certain project. The term originally refers to Business, but has been used to refer to policies that take into account the interested as active and not passive subjects; "bottom up", not "top down" policies.

21 Non-Governmental Agencies.

22 Kerry Rittich, "The future of Law and Development: Second-Generation Reforms and the incorporation of the Social". In David M. Trubek; Alvaro Santos. *The new Law and Economic Development. A Critical Appraisal*. Cambridge: 2006, p. 203-252.

23 Scott Newton, *The dialectics of Law and Development* In David M. Trubek; Alvaro Santos. *The new Law and Economic Development. A Critical Appraisal*, Cambridge: 2006, p. 174-202.

24 Salvador Allende (1908-1973) was the Socialist President of Chile between 1970 e 1973. He was killed in September 11 during a right-wing coup d'état led by the military.

25 The São Paulo Tramway, Light and Power Company was a Canadian company that explored tram services and electric energy production and distribution in São Paulo-Brasil until the late seventies.

26 Professor at Harvard Law School, one of the founders of the Critical Legal Studies movement and an important Social Theorist. He is currently Minister of Long-Term Planning in Brazil. Author of *Law in Modern Society* (1977), *The Critical Legal Studies Movement* (1986), *What Should Legal Analysis Become?* (1996), *Politics: The Central Texts, Theories Against Faith* (1997) and other important articles and books.

27 Professor of Private Law and Legal Sociology, University of Frankfurt/Main, and Centennial Professor, London School of Economics. Author of *Law as an Autopoietic System* (1993); Editor or co-organizer of *Contractual Networks* (2007), *Paradoxes and Inconsistencies in the Law* (2006), *Transnational Governance and Constitutionalism* (2004).

28 *Joint Annual Meeting of the Law and Society Association (LSA) and the Research Committee on Sociology of Law (RCSL of ISA), Humboldt University, Berlin, July 25-28, 2007.*

29 Chantal Thomas, “Max Weber, Talcott Parsons and the Sociology of Legal Reform: A Reassessment with Implications for Law and Development”, 15 *Minnesota Journal of International Law* 383 (2006).

30 *Talcot Parsons (1902-1979) was a Harvard Professor and a greatly influential sociologist, especially during the 50's and 60's. Main books: The structure of social action (1937) e The social system (1951).*

31 *Walt Whitman Rostow (1916 – 2003) was an American economist and political theorist who served as Special Assistant for National Security Affairs. Prominent for his role in the shaping of American policy in Southeast Asia during the 1960's, he was a staunch opponent of Communism, and was known for his belief in Capitalism and free enterprise. Author of The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto (1960).*

32 *Movement started by US President John F. Kennedy in 1961 that aimed to establish economic cooperation between North and South America to counter the communist treat in the region.*

33 *Duncan Kennedy is Carter Professor of General Jurisprudence on Harvard Law School. One of the founders and leading figures of the Critical Legal Studies, he is the author of The Rise and Fall of Classical Legal Thought (1975), A critique of Adjudication [fin de siècle] (1998), Legal Education and the Reproduction of Hierarchy (2007) and “Three globalizations of Law and Legal Thought: 1850-2000”, in. David M. Trubek; Alvaro Santos, The New Law and Economic Development. A Critical Appraisal, Cambridge: 2006, p. 19 – 73.*

34 *“The Disenchantment of Logically Formal Legal Rationality, or Max Weber's Sociology in the Genealogy of the Contemporary Mode of Western Legal Thought”, 55 Hastings L. J. 1031 (2004), re- published in: Charles Camic; Philip Gorski; David Tubek, Max Weber's Economy and Society: A Critical Companion (2005).*

35 *Trubek is referring here to authors like Rudolf von Ihering (1818-1892), Georg Jellinek (1851-1911) and the Austrian Eugene Ehrlich (1862-1922) who valued sociological elements to study Law.*

CADERNOS DIREITO GV

APONTAMENTOS SOBRE A PESQUISA EM DIREITO NO BRASIL .1

Marcos Nobre

IMPACT OF THE WTO AGREEMENT ON TEXTILES & CLOTHING ON BRAZILIAN EXPORTS OF TEXTILES AND CLOTHING TO THE UNITED STATES .2

Guido Fernando S. Soares,
Maria Lúcia P. Lima,
Maria Carolina M. de Barros,
Michelle R. Sanchez,
Sérgio Goldbaum,
Elaini C. Silva

REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DEMOCRACIA .3

Direito GV
e Valor Econômico

O SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO, A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES E SUA UTILIZAÇÃO .4

Luciana G. Cunha,
Alexandre S. Cunha,
Flávia Scabin,
Mariana Macário,
Marcelo Issa

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DO DIREITO .5

Flávia P. Püschel,
José Rodrigo Rodriguez

I SIMPÓSIO OAB-SP E FGV-EDESP SOBRE DIREITO EMPRESARIAL E NOVO CÓDIGO CIVIL .6

OAB-SP e Direito GV

PREMISSAS DO PROJETO DA DIREITO GV PARA DESENVOLVIMENTO DO MATERIAL DIDÁTICO PARA O CURSO DE DIREITO; DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES PRIVADAS .7

Mauricio P. Ribeiro

MODELOS DE ADJUDICAÇÃO/ MODELS OF ADJUDICATION .8

Owen Fiss

RELATÓRIO DA PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA SOBRE DIREITO SOCIETÁRIO E MERCADO DE CAPITALIS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO .9

Viviane M. Prado,
Vinícius C. Buranelli

PODER CONCEDENTE E MARCO REGULATÓRIO NO SANEAMENTO BÁSICO .10

Alexandre dos S. Cunha,
André V. Nahoum,
Conrado H. Mendes,
Diogo R. Coutinho,
Fernanda M. Ferreira,
Frederico de A. Turolla

CONTANDO A JUSTIÇA: A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO NO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO .11

Luciana G. Cunha (org)

FOCOS – CONTEXTO INTERNACIONAL E SOCIEDADE CIVIL .12

Michelle R. Sanchez (org),
Cassio Luiz de França (org),
Elaini C. G. da Silva (org)

PROGRAMAS DE CLÍNICAS NAS ESCOLAS DE DIREITO DE UNIVERSIDADES NORTE-AMERICANAS .13

Ana Mara F. Machado,
Rafael Francisco Alves

FOCOS – FÓRUM CONTEXTO INTERNACIONAL E SOCIEDADE CIVIL .14

Cassio Luiz de França (org),
Michelle R. Sanchez (org)

A COOPERAÇÃO PENAL INTERNACIONAL NO BRASIL .15

Maíra R. Machado,
Marco Aurélio C. Braga

O MÉTODO DE LEITURA ESTRUTURAL .16

Ronaldo P. M. Júnior

**PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: COMÉRCIO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA OMC – COMUNIDADES
EUROPÉIAS VS. BRASIL: O CASO DOS PNEUS .17**

Juana Kweitel (org),
Michelle R. Sanchez (org)

EXPERIÊNCIAS E MATERIAIS SOBRE OS MÉTODOS DE ENSINO-APRENDIZADO DA DIREITO GV .18

Rafael Domingos F. Vanzella (org)

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

EDITORES

DESDE 2004, **JOSÉ RODRIGO RODRIGUEZ**

INCLUI BIBLIOGRAFIA

DIREITO – PERIÓDICOS. I. São Paulo. DIREITO GV

Todos os direitos desta edição são reservados à ED. FGV

DISTRIBUIÇÃO

COMUNIDADE CIENTÍFICA: **300 EXEMPLARES**

REVISÃO

ANA MARA FRANÇA MACHADO

PROJETO GRÁFICO

ULTRAVIOLETA DESIGN

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

GRÁFICA FGV

DATA DA IMPRESSÃO **SETEMBRO/2007**

TIRAGEM **300**

PERIODICIDADE **BIMESTRAL**

CORRESPONDÊNCIA

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

RUA ROCHA, 233 - 7º ANDAR

01331-050 SÃO PAULO SP

WWW.DIREITOGV.COM.BR

PUBLICACOES.DIREITOGV@FGV.BR

CADERNOS DIREITO GV

v.4 n.5 : setembro 2007

OS CADERNOS DIREITO GV TÊM COMO OBJETIVO PUBLICAR RELATÓRIOS DE PESQUISA E TEXTOS DEBATIDOS NA ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO. AS EDIÇÕES SÃO DE CIRCULAÇÃO RESTRITA. A SELEÇÃO DOS TEXTOS É DE RESPONSABILIDADE DA COORDENADORIA DE PUBLICAÇÕES DA EDESP.

ISSN 1808678-0



COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

RUA ROCHA, 233 - 7º ANDAR
01331-050 SÃO PAULO SP

www.direitogv.com.br
publicacoes.direitogv@fgv.br

v.4, n.5 : setembro 2007